

Encontro Nacional
3ª Conferência +2

**Encontro Nacional de Segurança Alimentar e
Nutricional**
3ª Conferência +2

Relatório Final

Janeiro de 2010

Índice

Apresentação.....	03
Lista de Siglas.....	04
Informações Gerais.....	06
Programação.....	08
Painel 1 – Crise do Sistema Alimentar Global.....	11
Painel 2 – Implementação governamental das resoluções da III Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional: Avanços e Desafios.....	23
Painel 3 - Construção do Sistema Nacional de Segurança e Alimentar e Nutricional e da Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional.....	34
Painel 4 - Preparação da IV Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional.....	53
Moções Aprovadas pela Plenária do Encontro Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional 3ª Conferência +2.....	56

Apresentação

Este relatório apresenta os principais debates ocorridos e as propostas apresentadas durante o Encontro Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional: 3ª Conferência + 2, realizada em Brasília, no período de 30 de setembro a 2 de outubro de 2009.

O evento, que contou com a participação de cerca de 400 participantes, entre representantes da sociedade civil e governamentais das três esferas de governo, teve como objetivo realizar um balanço da implementação das resoluções da III Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CNSAN), passados 2 anos da sua realização¹; apontar novos elementos e aprofundar a discussão em torno da Política e do Sistema Nacional de SAN, assim como lançar os bases e os temas estratégicas para a IV CNSAN, cujo ano provável de realização será 2011. O evento se inspirou, ainda, num Encontro Nacional realizado em 2006, cujo objetivo foi justamente fazer um balanço da implementação das deliberações da II CNSAN, ocorrida em 2004, e construir a agenda para a III Conferência.

O Encontro Nacional: 3ª Conferência+2 foi uma iniciativa do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional e do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. O formato e o conteúdo do evento foram discutidos pelas instâncias do Conselho e por uma Comissão Organizadora.

O Encontro foi organizado da seguinte forma: um primeiro painel teve como objetivo realizar uma atualização do debate sobre a crise do sistema alimentar global cujo ápice foi o primeiro semestre de 2008. Este debate seria uma oportunidade para retomar a discussão da crise alimentar, incluindo também a crise financeira e a energética, buscando subsidiar a atuação do Consea durante a Cúpula Mundial de Segurança Alimentar que ocorreria em novembro de 2009. Um segundo painel teve como objetivo apresentar e debater a implementação das resoluções da III Conferência Nacional de SAN, realizada em julho de 2007, a partir de um documento de balanço elaborado pelo governo federal. No terceiro painel, apresentou-se o estágio da formulação da Política e do Sistema Nacional de SAN, buscando acrescentar elementos mais atuais para a sua construção e garantir a participação social neste processo. Um quarto painel buscou avaliar o processo de realização da III Conferência assim como levantar propostas para o processo, temas e conteúdos da IV Conferência.

Na parte da tarde do dia 02 de outubro, os trabalhos da 3ª Conferência + 2 foram finalizados com uma grande manifestação na Câmara dos Deputados em prol da aprovação da PEC 047/2003 e que teve papel fundamental para agilizar sua tramitação naquela Casa.

Convidamos todos a visitar o *site* do CONSEA (www.planalto.gov.br/consea), onde é possível encontrar outros materiais relativos ao evento: apresentações, Síntese das Contribuições dos Encontros Regionais, relatórios dos grupos e outros documentos afins.

Secretaria do CONSEA

¹ A III CNSAN foi realizada de 03 a 06 de julho de 2007, em Fortaleza/CE.

Lista de Siglas

ABRANDH – Ação Brasileira pela Nutrição e Direitos Humanos
ANA – Agência Nacional de Águas
ANVISA – Agência Nacional de Vigilância Sanitária
BPC – Benefício de Prestação Continuada
CAES – Conselhos de Alimentação Escolar
CAISAN – Câmara Interministerial de Segurança Alimentar e Nutricional
CECANE – Centro Colaborador de Alimentação e Nutrição Escolar
CIMA – Centro Irradiador de Manejo da Agrobiodiversidade
CGPAN – Coordenação-Geral da Política de Alimentação e Nutrição
CNSAN – Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional
CONAB – Companhia Nacional de Abastecimento
CONSEA – Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional
CRAS – Centro de Referência da Assistência Social
CREAS – Centro de Referência Especializada de Assistência Social
DHAA – Direito Humano à Alimentação Adequada
DIEESE – Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos
FAO – Organização das Nações Unidas pela Alimentação e Agricultura
FNDE – Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação
IBASE – Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas
INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
MAPA – Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
MCT – Ministério de Ciência e Tecnologia
MDA – Ministério do Desenvolvimento Agrário
MDS – Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome
Mercosul – Mercado Comum do Sul
Mfazenda – Ministério da Fazenda
MRE – Ministério das Relações Exteriores
NASF – Núcleos de Apoio à Saúde da Família
LOSAN – Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional
P1MC – Programa Um Milhão de Cisternas

PAT – Programa de Alimentação do Trabalhador
PAA – Programa de Aquisição de Alimentos
PEC – Proposta de Emenda à Constituição
PGPAF – Programa de Preços Mínimos da Agricultura Familiar
PGPM – Política de Garantia de Preços Mínimos
PGPMbio – Política de Garantia de Preços Mínimos de Produtos da Biodiversidade
PMA – Programa Mundial de Alimentos
PNAE – Programa Nacional de Alimentação Escolar
PNAN – Política Nacional de Alimentação e Nutrição
PNSAN – Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional
PPA – Plano Plurianual
PRONAF – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
PRONERA – Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária
SAN – Segurança Alimentar e Nutricional
SISAN – Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional
SISVAN – Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional
SUAS – Sistema Único de Assistência Social
SUASA – Sistema de Atenção à Sanidade Agropecuária
SUS – Sistema Único de Saúde
SUSP – Sistema Único de Segurança Pública

Informações Gerais

Data e Local

29 de setembro à 02 de outubro de 2009, Academia de Tênis de Brasília.

02 de outubro à tarde: Evento na Câmara dos Deputados pela aprovação da PEC 047/2003.

Objetivo Geral

O “Encontro Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional: 3ª Conferência +2” teve como objetivo realizar um balanço das proposições da 3ª Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, realizada em julho de 2007 e iniciar o processo de preparação da 4ª Conferência Nacional.

Objetivos Específicos

- Realizar um balanço da implementação das resoluções da 3ª Conferência.
- Avançar e aprofundar o debate sobre a construção da Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (PNSAN).
- Avançar e aprofundar o debate sobre o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN).
- Dar início ao processo de preparação da 4ª Conferência.
- Fortalecer e ampliar a mobilização e articulação dos sujeitos e movimentos sociais da área de segurança alimentar e nutricional em prol da construção do SISAN.

Participantes

Participaram do evento cerca de 400 representantes:

- Conselheiros Nacionais do CONSEA - titulares e suplentes da sociedade civil, conselheiros governamentais e observadores;
- Representantes Estaduais;
- Convidados - representantes de entidades parceiras, técnicos governamentais, movimentos sociais, pesquisadores.

Processo Preparatório

A preparação para a 3ª Conferência+2 foi composta por processos desenvolvidos no nível federal e estadual.

No nível nacional foram elaborados os seguintes documentos:

- Subsídio para Balanço das Ações Governamentais da SAN e da Implantação do Sistema Nacional, elaborado pela CAISAN.

- Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional - Proposições do CONSEA para sua elaboração, aprovado na Plenária do CONSEA de 12 de agosto de 2009.
- Exposição de Motivos encaminhada ao Presidente da República contendo recomendações relacionadas à implementação do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN), aprovada na Plenária do CONSEA de 17 de junho de 2009.

No âmbito estadual, foram realizado 5 Encontros Regionais e também Encontros Estaduais ou Reuniões Ampliadas dos CONSEA Estaduais, previamente aos Encontros Regionais.

Nos Encontros Regionais, além da discussão de temas específicos de cada região, foram organizados debates voltados diretamente à preparação de subsídios para a 3ª Conferência+2.

- Um balanço dos avanços, desafios, ações e programas prioritários relativos aos eixos e diretrizes da III CNSAN;
- Um documento contendo a avaliação do processo preparatório da III CNSAN, propostas quanto ao processo preparatório para a IV CNSAN e propostas de temas a serem tratados na IV CNSAN.

Nos Encontros Estaduais ou Reuniões Ampliadas Prévia dos CONSEA Estaduais, sugeriu-se as seguintes discussões preparatórias:

- Avaliação do processo preparatório (conferências estaduais e municipais) ocorrido no respectivo estado para a III CNSAN, respondendo aos seguintes questionamentos: o que funcionou e o que não funcionou e o que deveria ser mudado para o aprimoramento do processo preparatório da IV CNSAN;
- Avaliação da construção do Sistema e da Política de Segurança Alimentar e Nutricional na esfera estadual com base nas deliberações da respectiva Conferência Estadual.

Os relatos das discussões dos encontros regionais foram sistematizados pela Secretaria do CONSEA Nacional, resultando em um documento síntese, este também subsídio do Encontro Nacional.

Organização

A 3ª Conferência+2 foi organizada pelo Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA) da Presidência da República e pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome.

Programação

1º dia – 29 de setembro

08:00 às 09:00 – Credenciamento

09:00 às 10:15 – Cerimônia de Abertura

Patrus Ananias – Ministro do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS)

Renato S. Maluf – Presidente Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA)

Deputado Nazareno Fonteles - Coordenador da Frente Parlamentar de Segurança Alimentar e Nutricional

José Tubino – representante no Brasil da Organização das Nações Unidas pela Alimentação e Agricultura (FAO)

Arlete Sampaio – Secretária-Executiva do MDS

Joe Valle – Secretário de Inclusão Social do Ministério de Ciência e Tecnologia (MCT)

10:15 às 12:30 - Crise do Sistema Alimentar Global

Coordenadores: Renato Maluf (Consea) e Sônia Lucena (Consea)

10:15 às 10:35 – Cenário Internacional - Adriano Campolina (Action Aid - Américas)

10:35 às 10:55 – O Brasil no Contexto da Crise - Perspectiva do Governo – Milton Rondó (MRE/Caisan)

10:55 às 11:15 – O Brasil no Contexto da Crise - Perspectiva da Sociedade Civil - Chico Menezes (Consea)

11:15 às 12:30 - Debate

12:30 às 14:00 – Intervalo para almoço

14:00 às 18:00 - Implementação governamental das resoluções da III Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional: Avanços e Desafios

Coordenadores: Ana Beatriz Vasconcelos (CGPAN/CAISAN) e Nuno Coelho (Consea)

14:00 às 14:30 – Apresentação da Câmara Interministerial de Segurança Alimentar e Nutricional – Secretário Crispim Moreira

14:30 às 14:45 - Debatedor 1 – Representante do CONSEA – Renato Maluf

14:45 às 15:00 - Debatedor 2 - Representante do CONSEA – Maria Emília Pacheco

15:00 às 16:00 - Debate

16:00 às 16:30 – Intervalo

16:00 às 18:00 – Debate

2º dia – 30 de setembro

08:30 às 12:30 - Construção do Sistema Nacional de Segurança e Alimentar e Nutricional e da Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional

Coordenadores: Valéria Paye (Consea) e Aloísio Melo (MFazenda/CAISAN)

08:30 às 08:50 - Apresentação do CONSEA - PNSAN – CP3 – Regina Miranda

08:50 às 09:10 – Apresentação do CONSEA – SISAN – Marília Leão

09:10 às 09:30 – Apresentação da Comissão dos Presidentes dos CONSEA Estaduais – Silva Rigon

09:30 às 09:45 – Debatedor 1 – Perspectiva Intersetorial – Ronaldo Garcia

09:45 às 12:30 – Debate

12:30 às 14:00 - Intervalo para almoço

14:00 às 18:00 - Grupos de Trabalho

14:00 às 14:30 – Orientações para o trabalho em grupos

14:30 às 18:00 – Grupos de Trabalho

3º dia – 01 de outubro

8:30 às 12:30 – Preparação da IV Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional

Coordenadores: Elisabetta Recine (ABRANDH) e Silvio Porto (CONAB)

08:30 às 10:30 - Apresentação dos Grupos de Trabalho

10:30 às 11:30 - Debate

11:30 às 11:50 – Síntese das discussões sobre a IV CNSAN

11:50 às 12:50 – Comentários e sugestões adicionais

12:50 às 13:00 – Encerramento

13:00 às 14:00 – Intervalo para almoço

14:30 – Evento pela Aprovação da PEC 047/2003 – Câmara dos Deputados

Painel 1 – Crise do Sistema Alimentar Global

O objetivo deste Painel foi atualizar o debate sobre a crise mundial de alimentos, construindo, assim, conhecimento sobre sua evolução e situação atual, visto que a esta crise somou-se, em 2008, uma crise financeira de grandes dimensões. No ano de 2008, o CONSEA discutiu a crise do Sistema Alimentar Global, com o objetivo de diagnosticar o que estava em curso, identificar seus impactos e fazer proposições.

Adriano Campolina, Coordenador Executivo da ActionAid Regional das Américas, defendeu a importância desse debate, particularmente, em função das decisões que seriam tomadas no cenário global, em especial na FAO. Na sua visão, essas decisões dependem de acordos entre os governos, mas há um conjunto de decisões a serem tomadas em um espaço relativamente curto de tempo, por trás das quais existe um conjunto de desafios a serem enfrentados.

Iniciou sua apresentação com o pressuposto de que não existe crise alimentar isolada das outras crises. Defendeu que vivemos uma crise alimentar que é profundamente ligada com a crise ambiental e com a crise econômico-financeira, isto é, há uma crise mais sistêmica para além da crise alimentar, a qual é uma crise do próprio modelo de desenvolvimento capitalista baseado no neoliberalismo dos últimos 20 anos.

Relatou que, recentemente, visitou um trabalho da ActionAid na Índia, nas regiões costeiras afetadas pelo tsunami. Um trabalho com populações caiçaras e ribeirinhas, particularmente de pescadores tradicionais, que perderam parentes e tiveram suas casas e seus meios de vida destruídos. Os governos vieram e falaram que iriam reconstruir as suas casas, mas a 500 metros da margem, para evitar que outro tsunami os afetasse. Mas, logo depois, descobriu-se que aquelas mesmas terras foram destinadas a grupos hoteleiros internacionais que passaram então a usar aquela área para o turismo. Ou seja, a cada crise, quando há uma perda de direitos pelas populações excluídas, imediatamente os mesmos atores de sempre se reorganizam para buscar, de alguma maneira, tomar vantagem da crise e se recolocar de forma mais competitiva, promovendo ainda mais a exclusão. Na crise alimentar, a mesma coisa estaria acontecendo. Houve uma crise profunda de consequências gravíssimas – cem milhões a mais de pessoas em situação de insegurança alimentar – mas os velhos atores, respaldados pelo paradigma de um sistema global dominado pela agricultura comercial profundamente ligada ao latifúndio e às multinacionais, esses mesmos atores, em articulação com os governos do norte, aproveitam a oportunidade da crise para tentar se posicionar melhor no sistema global alimentar que estava em disputa.

A crise, portanto, não pode é conjuntural, mas sistêmica. Mais de cem milhões de pessoas passaram a integrar o número já assustador de 950 milhões que antes estavam em situação de insegurança alimentar no mundo. O preço dos alimentos nos países em desenvolvimento, apesar de terem caído depois do pico de abril e maio de 2008, continuaram num patamar muito mais elevado que o patamar anterior à crise. Nesse momento, segundo a FAO, 30 países estão demandando algum tipo de ajuda alimentar externa, em função de fatores conjunturais e/ou estruturais.

Acrescentou que, para muita gente, as respostas à crise tinham como pressuposto que era uma crise de produção. Contudo, no ano da crise, 2008, houve um aumento considerável da produção, resultando numa safra recorde global de 2,3 bilhões de toneladas (apesar de que para a próxima safra há uma previsão de redução de 3 a 4%),

ainda assim a produção continua num patamar elevado o suficiente, inclusive para a reposição de estoques. Há produção suficiente para atender a demanda mundial de alimentos, mas ainda assim há previsão de aumento de preços baseado na demanda elevada para recomposição de estoques, além de outros elementos, como os agrocombustíveis.

Nesse contexto, Adriano Campolina apresentou seu entendimento da crise em duas etapas: (i) quais são as causas mais imediatas que geraram a crise aguda no ano passado? E (ii) quais são as causas mais estruturais?

(i) Causas imediatas: a especulação foi causa importante em 2008. Depois dos problemas dos mercados de especulação de imóveis, houve considerável migração para a especulação em mercados futuros de produtos agrícolas. O preço do petróleo sofreu elevação em função da especulação, o que afeta o preço dos alimentos tanto pelo aumento do custo de transporte, quanto por sua participação no custo de alguns insumos agrícolas. Teve importância também o aumento da demanda de cereais para a produção de agrocombustíveis, particularmente do milho no caso norte-americano, além do impacto considerável das mudanças climáticas com perdas de lavouras e do aumento da demanda de alimentos em função do crescimento econômico de alguns países, sobretudo, na Ásia.

(ii) Causas estruturais: primeiro, uma profunda transformação, em vários níveis, da agricultura nos últimos 30 anos. O Estado, fundamental provedor de crédito, de pesquisa agrícola, de extensão rural, de garantias de preços, afastou-se da agricultura a partir das políticas de ajuste estrutural, cujo ápice verifica-se nos anos 1990. Isso aconteceu na África de forma muito forte. E ao sair do mapa o Estado, outros atores, particularmente as multinacionais, ocuparam esse espaço com um paradigma de agricultura fundamentalmente focado na produção de alimentos para o mercado de *commodities* e para a construção de balanços positivos na balança comercial e não para a segurança alimentar. Segundo, uma outra transformação que está relacionada à anterior. Trata-se da liberalização dos mercados agrícolas que fez vários países perderem sua capacidade de produção de produtos básicos em função de uma confiança cega na capacidade de o livre mercado promover a segurança alimentar. Terceiro, foi a profunda concentração dos mercados de insumo, processamento e varejo para a agricultura. As multinacionais ampliaram bastante a sua presença. Há um estudo feito pela ActionAid há muitos anos no Brasil que mostra a velocidade com que a indústria de sementes passou a ser controlada por quatro ou cinco empresas.

Nesse momento, revelou-se a fragilidade e a descoordenação do sistema global de alimentação. Havia respostas vindas de todos os lados. Havia força tarefa das Nações Unidas (*UN Task Force*), os países ricos querendo criar sua parceria global, também a FAO tentando manter um espaço de controle multilateral e de iniciativa e coordenação de políticas nessas áreas. Houve um desmantelamento progressivo dos incentivos e da própria capacidade produtiva da agricultura camponesa no mundo inteiro.

Apesar de produzir conseqüências nefastas, a crise teve uma vantagem e trouxe um desafio: a vantagem foi trazer de volta, ao centro do debate global, a agricultura, a alimentação, a segurança alimentar, o direito à alimentação e a soberania alimentar. Mas, ao mesmo tempo, levou o debate para outro nível. Há uma disputa de paradigma por trás das respostas apresentadas até aqui. Em geral, as respostas nacionais à crise variaram consideravelmente, mas três respostas são bastante comuns: (i) os países que importavam muito reduziram suas tarifas para conseguir baixar o preço do produto importado no mercado local, (ii) alguns países que exportavam passaram a controlar a exportação para manter produto no mercado interno e (iii) vários países implementaram medidas de indução

de promoção à produção. No plano internacional, também houve um conjunto de respostas. A primeira resposta foi imediata: a criação de uma força tarefa das Nações Unidas, que buscou coordenar de alguma maneira o debate em torno disso. Ao mesmo tempo, os países mais ricos do mundo estão tentando criar uma parceria global para a Segurança Alimentar, que basicamente é uma tentativa em dois níveis: coordenar e agregar os fundos de ajuda alimentar, não só de ajuda alimentar direta, mas também ajuda à promoção da agricultura, e, simultaneamente, aumentar o volume de dinheiro disponível para a cooperação internacional nessa área. O G8 prometeu 20 bilhões de dólares e houve a intensificação de algumas iniciativas que já tinham começado, como a Agra, que é uma iniciativa financiada por fundações de promoção da revolução verde na África. Essas iniciativas têm contradições e a existência de todas elas demonstra, de alguma forma, a descoordenação do sistema global nesse momento.

Diante dessas respostas, Campolina salientou alguns desafios:

1. Há a disputa fundamental com o paradigma da promoção de um modelo agrícola sem agricultores e baseado em grandes fundos de investimentos, na utilização de largas extensões de terras em monocultura, com tecnologias dominadas pelas multinacionais; trata-se de uma articulação estratégica e de poder entre o latifúndio, entre as grandes multinacionais e setores do mercado financeiro e dos governos. Esse paradigma rivaliza com outro segundo o qual a segurança alimentar e Nutricional, a soberania alimentar e o direito à alimentação só são possíveis se a agricultura familiar e camponesa e a produção agrícola sustentável tiverem prioridade política concreta.

2. O segundo desafio está na disputa sobre o elemento fundamental de solução. A crise abre a oportunidade para defender a necessidade de trazer o Estado de volta para o centro da promoção da Agricultura Familiar, da sustentabilidade e da regulação tanto da especulação, quanto das multinacionais.

3. O terceiro desafio trata do novo interesse que existe em torno de agricultura. Hoje todos os governos poderosos do mundo têm algo a falar sobre a agricultura. Assim, o grande desafio reside no cuidado que se deve ter para que esse interesse não seja uma ponte para que os países mais ricos, suas multinacionais e as elites latifundiárias se aproveitem para ampliar a sua dominação e as desigualdades internacionais.

4. O quarto desafio consiste em reafirmar o papel do multilateralismo na resposta à crise. Alguns países ricos têm se distanciado do multilateralismo e tentam aumentar, a partir das suas iniciativas, seu controle.

5. Por fim, o último desafio fundamental seria ir para além das causas imediatas e abordar sua relação com as demais crises (econômica e ambiental), sendo preciso tocar nos elementos estruturais que podem gerar outra crise.

Em seguida, apresentou suas conclusões:

1. É importante considerar o que realmente é fundamental no processo de segurança alimentar e na crise alimentar, isto é, quem está sofrendo. 80% dessas pessoas vivem nas áreas rurais. Outro elemento importante é reconhecer que quem produz os alimentos básicos, em sua grande maioria, é a agricultura familiar. E, finalmente, entender que a agricultura, seja pelas questões políticas ou também pela mudança ambiental profunda, vive um outro momento. Hoje em dia, a questão da sustentabilidade dos sistemas agrícolas está no centro da discussão da agricultura em face das mudanças climáticas.

2. Defendeu que a solução para crise deve ter como eixos centrais o direito à alimentação, a soberania alimentar e a segurança alimentar e nutricional. Além disso, o Estado tem que estar no centro dessa discussão. O papel do Estado seria promover a produção agrícola focada na agricultura familiar, na sustentabilidade ambiental, com o controle da sociedade civil.

3. Por fim, sustentou que o Brasil tem uma responsabilidade fundamental no debate internacional. A experiência brasileira mostra que a diminuição da fome não foi gerada nem pelo agronegócio e nem por agrocombustíveis. Mas um conjunto de políticas públicas voltadas para promoção da agricultura familiar e da reforma agrária, bem como a criação do SISAN, do PAA, do Programa Um Milhão de Cisternas e do Bolsa Família. Defende que essas experiências deveriam orientar a participação do Brasil nos debates globais de combate à fome e de reestruturação do sistema alimentar global.

Milton Rondó, representante do Ministério das Relações Exteriores, iniciou sua fala tratando da origem da crise que, na sua visão, estaria relacionada a um processo de reconcentração de renda, o qual viria da implantação do neoliberalismo nos anos 80 na Europa e nos Estados Unidos. Na Alemanha, por exemplo, 54% dos recursos da política agrícola comunitária vão para 10% dos proprietários. As principais casas reais da Europa estão entre os principais beneficiários da política agrícola comunitária, ou seja, a integração europeia, como ocorreu, foi muito favorável a reconcentração da renda. Assim, de acordo com Rondó, seria necessário pensar que tipo de integração é desejável para países como o Brasil. Defendeu então uma integração capaz de incorporar a inclusão e os direitos humanos, que as oligarquias têm dificuldade de entender. O problema maior é que 67% da população brasileira não coloca direitos humanos como sendo um fator essencial de políticas públicas, ou seja, isso demonstra a magnitude do desafio de divulgação do direito humano à alimentação adequada.

O aumento dos preços e a crise de alimentos são derivados do processo de reconcentração de renda. Comparando-se o aumento dos preços do petróleo e da uréia, um de seus derivados, percebe-se que o aumento do preço desta não foi motivado pelo preço daquele produto, pois foi quase o dobro. O aumento dos insumos foi muito mais alto do que o aumento do preço dos alimentos. Esse é um sistema de exclusão. Fazendo um paralelo com a fala do Adriano Campolina, Rondó continuou sua fala argumentando que é possível contrapor dois modelos (que podem ter variantes): um modelo de inclusão e um modelo de exclusão.

Em seguida, passou a falar como o Brasil tem lidado com essa dicotomia. Defendeu que o Brasil, a partir de 2003, passou a desenvolver políticas públicas diversas da época neoliberal, desenvolvendo um sistema nacional de segurança alimentar, baseado no DHAA, em que a soberania alimentar está posta como objetivo final. Isso fica claro na atuação do Brasil também, ainda que haja contradições. O Brasil foi o país que, em 2006, no momento da Conferência +10, mais claramente propugnou pela participação social no Comitê de Segurança Alimentar, mas fomos derrotados pelos países do Norte, junto com os países latino-americanos e com os demais países do G77 (países do sul). A mesma coisa repetiu-se no Programa Mundial de Alimentos (PMA): o Brasil defendeu compras locais, o que foi assimilado em Áquila na reunião do G8. Antes a ajuda era feita com distribuição de excedentes (muitas vezes de transgênicos rejeitados pelo mercado local), destruindo a produção local. Ganhava o produtor subsidiado americano e, principalmente, os transportadores. Por fim, acrescentou que falar em direito à alimentação sem falar em

direito à terra é falacioso, por isso, com relação aos esforços do governo, salientou que, depois de 27 anos, o Brasil promoveu, com a FAO, a Segunda Conferência Internacional de Reforma Agrária e Desenvolvimento Rural, realizado no Brasil, com ampla participação social.

Reconheceu que o Brasil poderia se esforçar muito mais, por exemplo, na promoção do PAA. Graças aos esforços da CONAB, MDS, MDA e CONSEA de promover o PAA, o PMA finalmente incorporou a idéia de compras locais da agricultura familiar para pessoas em situação de insegurança alimentar e criou um programa chamado *Purchase for Progress*, Compras para o Progresso, mais conhecido como *P for P*, que o Brasil vem utilizando, para canalizar a sua assistência humanitária que, até o governo do Presidente Lula, era esporádica, e hoje é sistemática. Depois de muita insistência conseguiu-se levar esse mecanismo para a América Central através do Programa Mundial de Alimentos. No Quênia, já foi feita a mesma coisa e agora está se comprando em Uganda para o Burundi, através do mesmo mecanismo. Trata-se de assistência humanitária sustentável, para a qual o Brasil conta com a colaboração da sociedade civil – como a Via Campesina no Haiti.

Defendeu que isso foi possível porque houve mudanças na política interna. Na sua opinião, é falacioso pensar que é possível proteger direitos humanos com uma política interna que não vise a redistribuição de renda, todavia, a política interna mudou privilegiando a redistribuição.

Reconhecendo as contradições da política externa brasileira que ainda devem ser superadas, apresentou outros fatos positivos criados pela atuação do Brasil. Em primeiro lugar, o Brasil é o país que mais impulsionou a reforma do Conselho de Segurança Alimentar da FAO. Neste momento, destacou, a discussão da reforma trata inclusive da participação social. Essa foi uma condição do Brasil para continuar discutindo o tema. Há três anos não se permitia sequer a participação social em um Fórum Consultivo que se reunia a cada dois anos. Há também o reconhecimento dos países do Norte de que o caminho que eles trilhavam era o caminho que levou a essa crise, ainda que esses países tenham tentado impedir a seqüência da discussão no âmbito da FAO; o Brasil conseguiu discutir diretrizes voluntárias para o direito à terra, que era um tema que se tentava impulsionar desde a Conferência de Porto Alegre. O Brasil tentou colocar, inclusive, a discussão de diretrizes voluntárias no documento final, os países do Norte não aceitaram, mas agora a própria FAO encontrou o espaço para retomar essa discussão. Sustentou a importância também de reconhecer que, há 5 anos, o único país latino-americano que efetivamente defendeu o direito à alimentação no momento da discussão das diretrizes voluntárias para o direito à alimentação foi o Brasil. E hoje não há nenhum país latino-americano que não defenda o direito à alimentação, alguns dos quais, inclusive, colocaram isso na sua Constituição, como é o caso da Bolívia. Ademais salientou que, há outros temas que tem se tentado impulsionar a partir da experiência brasileira, como o crédito, a assistência técnica, o seguro agrícola e o armazenamento público.

Concluiu enfatizando que, diante dos dois modelos que se contrapõem no mundo, o Brasil defendeu o melhor modelo nos últimos anos. Salientou que o atual governo ainda tem um ano durante o qual é preciso defender esse modelo e tentar fazer com que ele se torne cada vez mais estabelecido, se possível, na legislação, para evitar retrocessos no processo de inclusão social.

Francisco Menezes, conselheiro do CONSEA, começou sua fala demonstrando inquietação com a maneira de se datar a crise. Usualmente, fala-se que a crise começou no

segundo semestre de 2007 e que agora estaria equacionada, ou seja, na realidade apenas os momentos mais agudos são vistos e, no caso dessa crise, eles se mostraram com a alta dos preços. Contudo, salientou, é possível verificar que os mesmos elementos geradores daquela crise são realidade hoje, porque eles não foram removidos.

Também argumentou que, no momento de elevação dos preços dos alimentos, ficaram claras as causas da crise, entre as quais se destacam problemas climáticos – inundações e secas, principalmente – o aumento do preço do petróleo, a escalada do Etanol, a crise na bolsa de futuros –essa mercantilização, inclusive, teve peso decisivo na crise – e até a elevação do consumo de alguns países, sobretudo de proteína animal.

Acrescentou que, depois da crise alimentar se falou em crise ambiental, crise energética, crise econômico-financeira, entretanto, por trás dos elementos da crise alimentar, já estavam elementos dessas outras crises. Defendeu que isso se dá porque provavelmente trata-se da mesma crise, de grandes impasses, que pode significar, inclusive, uma condenação para toda a humanidade.

Em seguida, falou sobre a percepção da sociedade civil das fortes repercussões da elevação dos preços sobre a população. Informou que, nesse momento, o IBASE realizava uma pesquisa sobre o Bolsa Família, e já eram visíveis estratégias, às vezes desesperadas, de sobrevivência. Relatou que a primeira medida não era simplesmente o corte da quantidade de alimentos, mas a busca de alimentos mais baratos, que significa alimentos mais densamente calóricos, mas pobres de nutrientes.

Apresentou também seu entendimento de que a crise teve efeitos negativos também sobre outras formas de acesso das camadas mais vulneráveis, porque prejudicou determinados programas. Citou o caso do Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE que vinha recuperando o valor do *per capita*, mas logo começaram as notícias das dificuldades, sobretudo nos municípios mais pobres. E registrou que os ganhos dos últimos anos estão sendo dissolvidos, mesmo com a recente estabilização dos preços.

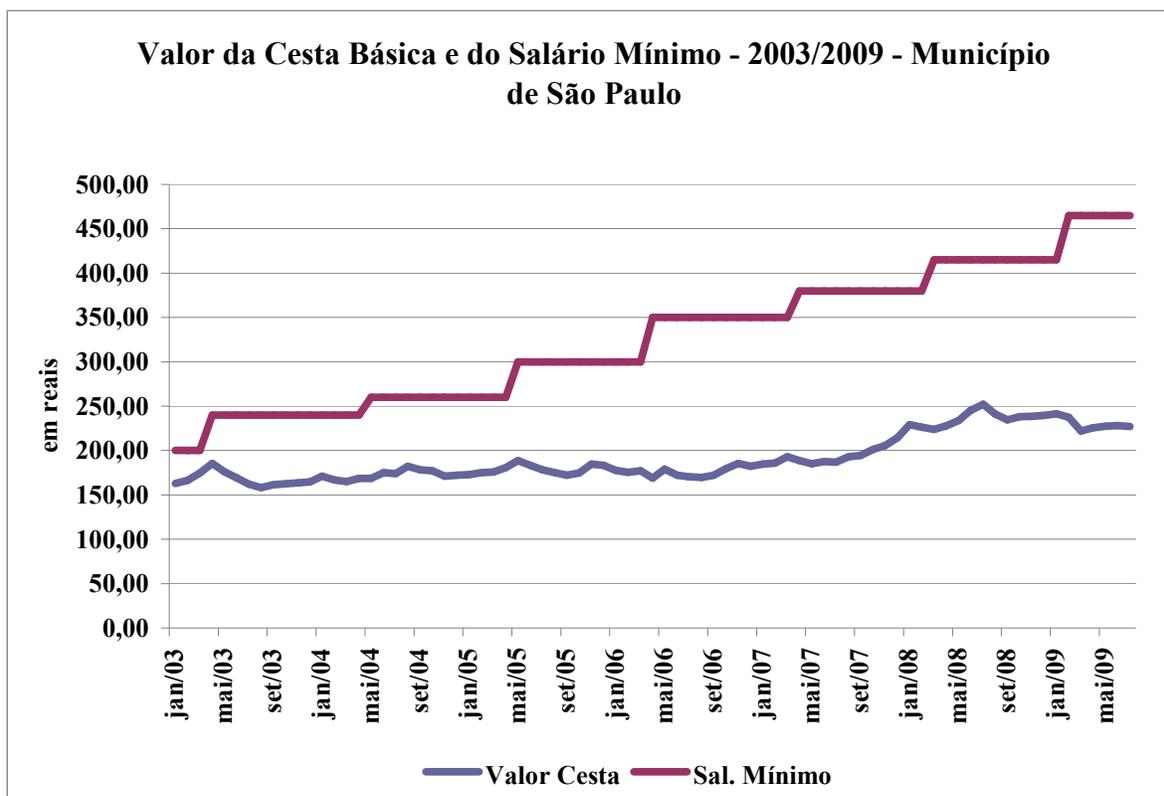
Ressaltou que, diante da manifestação mais grave da crise, em abril de 2008, o CONSEA se posicionou imediatamente em Plenária. Relatou que, na ocasião, o conselho fez um diagnóstico da crise e a definiu, em Exposição de Motivos enviada ao Presidente da República, como uma crise sistêmica. Reconheceu que, nos últimos sete anos houve significativo restabelecimento da capacidade de intervenção do Estado, mas disse que o Brasil pagou caro pela oligopolização das transnacionais nos mercados de sementes e insumos agrícolas, pela liberação comercial e a pela desregulamentação de mercados. Nessa Exposição de Motivos, o CONSEA indicou a necessidade de se recorrer a instrumentos imediatos, combinados com estratégias de médio e longo prazo. O CONSEA também se reportou à III Conferência, realizada em julho de 2007, que falava literalmente da necessidade de prosseguir na recuperação da capacidade reguladora do Estado, inclusive condicionando a exportação dos alimentos básicos à garantia da segurança alimentar e nutricional da população brasileira.

Informou que, enquanto o CONSEA discutia a crise, os grandes produtores de arroz falavam em ganhar dinheiro com ela, reclamando de possíveis barreiras às exportações brasileiras de arroz. Logo, pontuou, ficou bastante evidente que era preciso prosseguir na implementação de uma política nacional de abastecimento, que o próprio CONSEA, composto por governo e sociedade, propôs. Essa proposta era composta por medidas concretas, como monitoramento dos fluxos comerciais de exportações e importações, o

realinhamento dos preços da Política de Garantia de Preços Mínimos e do PAA, a retomada da política de estoques públicos de alimentos, o reajuste dos valores do Bolsa Família, o reajuste do *per capita* da alimentação escolar, a regulação sobre a expansão das monoculturas e o fortalecimento da agricultura familiar, da piscicultura e da pesca artesanal. Por fim, ressaltou que algumas recomendações do CONSEA, presentes na exposição de motivos, foram acatadas pelo Governo, por exemplo, o Bolsa Família foi corrigido um pouco depois.

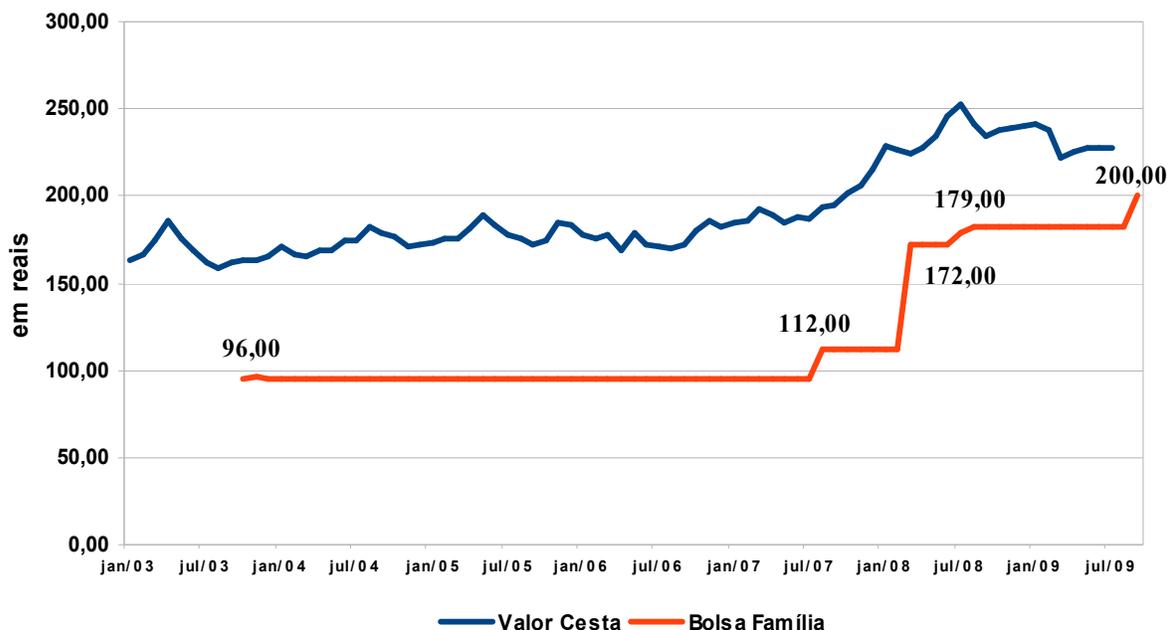
Em seguida, Francisco Menezes passou a tratar de questões estruturais:

1. Primeiro falou da relação entre a crise (valor dos alimentos) e o salário mínimo. Mostrou que, de acordo com o DIEESE, no início de 2003, o valor da cesta básica estava pouco abaixo do salário mínimo. Então, se seguiu um processo de recuperação do valor do salário mínimo, que hoje é quase o dobro do da cesta básica. Chamou atenção então para julho 2008, quando ocorreu o pico de preços, que depois se estabiliza. Então prossegue uma recuperação do salário, que combinado com outros fatores, como o crescimento do emprego e da economia formal, contribuiu para amenizar os efeitos da crise.



2. Na seqüência abordou os programas de transferência de renda que, na sua opinião, foram uma resposta ainda mais relevante que a recuperação do salário mínimo. Comparou o valor de cesta básica e o maior repasse possível no âmbito do Bolsa Família. Ressalvou que, no caso de famílias sem renda ou famílias quase sem nenhuma renda, a capacidade aquisitiva do Bolsa para responder ao valor de uma cesta básica, está bastante aquém. Contudo, combinado com outros fatores aumentou a capacidade de enfrentamento da crise.

**Valor da Cesta Básica e
Valor com maior repasse do Bolsa Família
Município de São Paulo - 2003/09**



Na suas conclusões, defendeu que por trás da crise de alimento, está a visão de mercantilização dos alimentos. Na sua visão, todas as causas apontam para isso. E a crise transforma-se numa crise civilizatória, porque, hoje existe um movimento de mercantilização da própria vida. Defendeu que a resposta à mercantilização está na afirmação do direito. Logo, entender a alimentação como um direito é absolutamente fundamental. O Brasil irá incluir esse direito na Constituição num período breve, mas isso não é suficiente. É preciso determinar claramente o que é o direito, o qual, por sua vez, precisa de um Estado que se disponha a defendê-lo. Nesse sentido, o Brasil tem progredido, mas os determinantes da crise continuam a existir. O país possui paradoxos e contradições na política interna e externa. Defendeu, portanto, que a luta contra crise é uma luta permanente pela afirmação do DHAA e pelo reconhecimento da soberania alimentar dos povos na determinação do que devem produzir, como devem reproduzir e o que devem consumir. E se hoje os preços, mesmo que em um patamar mais elevado, estão estabilizados, ainda é preciso lutar. É preciso discutir um modelo de desenvolvimento, um modelo agrícola e repensar as condições de soberania e segurança alimentar em novas bases.

Questões Apresentadas pela Plenária

- Importância do controle social nos governos estaduais e locais;
- Promoção de educação e capacitação continuada. Formação e controle social devem andar juntos, para possibilitar a desconstrução das visões hegemônicas;

- Participação da sociedade civil como experiência a ser “exportada” pelo Brasil;
- Participação da sociedade civil nos processos de cooperação internacional;
- Necessidade de enfrentar a situação interna do Brasil, cuja matriz de desenvolvimento é fortemente dependente da agroexportação;
- Possibilidade de revisão do modelo de produção vigente e construção de um novo modelo;
- Promoção da agroecologia e sua importância;
- Rejeição da proposta de nova lei de cultivares, cujo conteúdo representa exatamente uma antítese da SAN e da soberania alimentar;
- Demanda por discussão da SAN no âmbito da Amazônia, principalmente na região da tríplice fronteira, inclusive dando ênfase à questão da pesca artesanal;
- O modelo hegemônico de produção do alimento tem efeitos devastadores do ponto de vista ambiental, social e nutricional (empobrecimento da dieta). O Brasil convive com dois modelos (agronegócio e agricultura familiar), diante disso, foi colocada a seguinte questão: seria possível alimentar a humanidade com agricultura familiar ou a única saída é o agronegócio?
- Demanda por apoio a produção de alimentos realizada por povos indígenas, principalmente com investimentos na qualificação, fortalecimento da infra-estrutura e garantia de continuidade das políticas;
- Fortalecimento das ações de governo e também das ações não-governamentais.

Considerações dos Painelistas às Questões Apresentadas pela Plenária

Adriano Campolina:

- Questão internacional: defendeu que a sociedade civil precisa mudar a percepção da política exterior. Durante muitos anos foi discutido como se defender do que acontece no mundo. Sustentou que, a partir da atuação mais forte do Brasil em vários fóruns, é preciso inverter o debate e a estratégia. A sociedade civil, a partir da cidadania global de cada militante, deve assumir a responsabilidade de mudar a política exterior do Brasil da mesma forma que luta por transformações e políticas internas, as quais devem ser reivindicadas como pertencentes à sociedade e ao governo. Esse seria um enorme desafio, pois é preciso vencer as contradições no governo e na política interna, que se refletem na política externa. O Brasil mostra comprometimento com o direito à alimentação em vários fóruns e com os programas, mas, ao mesmo tempo, no momento em aparecem os acordos mais importantes na disputa do poder global, o Brasil defende o agronegócio. Por exemplo: na FAO, o Brasil defende a SAN, mas na OMC, aparentemente mais poderosa, atua a favor do agronegócio. Defendeu a importância do multilateralismo e do sistema ONU, mas argumentou que é preciso impregná-los do elemento fundamental da discussão de SAN, soberania alimentar e DHAA, que é a agricultura sustentável, notadamente a familiar. Existem alguns avanços, como os produtos especiais para a Agricultura Familiar no âmbito da OMC, mas ainda são tímidos e difíceis.

- Abordou a participação da sociedade civil nos processos globais. Relatou que a Cúpula de 96 inaugurou um processo muito importante: pela primeira vez, numa Cúpula da FAO, os movimentos sociais tiveram sua Cúpula paralela e criaram mecanismos de coordenação da sua participação em eventos internacionais. Sustentou que o contexto atual representa um momento especial, visto que o governo brasileiro é um dos que mais defende, na reforma do Conselho do Segurança Alimentar, a participação social. Todavia, ressaltou a necessidade de a sociedade civil aprimorar sua capacidade de pressionar. Observou que um erro comum no passado é o foco excessivo no evento, quando a representação brasileira chega com o mandato já definido, logo, é preciso mudar a forma de pressionar, começar antes, pelo menos, seis meses antes da Conferência e conseguir espaço na agenda, pois o agronegócio faz isso desde sempre.

- Tratou especificamente da pergunta relativa a possibilidade de alimentar o mundo com a agricultura familiar. Sustentou que ela, com algumas exceções, já o faz, inclusive em países com agricultura menos moderna que a agricultura brasileira. No caso brasileiro, observou que os dados disponibilizados pelo censo agropecuário apresentaram que a agricultura familiar é quem produz a maior parte dos alimentos, sendo que ela só passou a ter apoio considerável nos últimos seis anos. Historicamente, sempre teve uma proporção do crédito muito menor. Observou que o acesso à terra também é difícil e o Governo Lula não conseguiu avançar na reforma agrária. Então Campolina instou o plenário a imaginar: se agricultura familiar tivesse acesso à maioria das terras, a pesquisa fosse voltada para ela, tivesse um processo de extensão e de presença forte do estado por 50 anos, ao invés de 6 anos, a participação da agricultura familiar na produção de alimentos seria ainda maior. Encerrou esse ponto destacando que a agricultura patronal atente a outras demandas, como a demanda por proteína animal na Europa e por biocombustíveis em vários países.

- Por último, falou do desafio de atender às especificidades de algumas regiões e populações brasileiras. Observou que, na política, é comum que os grupos sociais que conseguiram visibilidade nos últimos 30 anos façam com as políticas respondam diretamente à sua agenda. Regiões como a amazônica e populações como as indígenas tendem a ser relegadas à política emergencial, sem definição de políticas estruturantes para esses casos.

Milton Rondó:

- Comércio internacional: sustentou que está ocorrendo, nesse momento, uma mudança radical que é bastante difícil de compreender. Essa transformação ocorre a medida em que a noção de Soberania (Alimentar, Energética, Financeira etc) ganha mais conteúdo. Assim, minimizou a questão das contradições brasileiras no comércio internacional, porque vê o comércio internacional, depois de cinco séculos, passando por um momento de mudanças.

- Com relação à participação social, afirmou trata-se de algo fundamental, pois não é possível construir política distributiva se ela não for participativa. Defendeu que o centro da ética pública é a justiça social, a qual se traduz em justiça participativa e distributiva. Ressalta a necessidade de pensar mecanismos de participação da sociedade civil nas políticas públicas brasileiras que permitam maior protagonismo, inclusive na cooperação internacional. Citou, inclusive, o caso da Argentina, onde um conselho da sociedade civil participa da formulação das políticas de cooperação internacional.

- Se posicionou favoravelmente ao financiamento para participação social, começando internamente, viabilizando efetivamente a participação da sociedade civil nas reuniões internacionais. Enfatizou que o bom nível de organização dos movimentos sociais não pode ser utilizado como pretexto para não discutir a questão.

- Com relação às políticas para Amazônia, observou que, como representante do Itamaraty, não teria muito a dizer, mas defendeu que houve evolução, principalmente, no caso da pesca. Todavia, ponderou que a Amazônia vai ser um desafio de compreensão e de desenvolvimento de políticas públicas durante séculos, devido sua riqueza, complexidade e extensão. Por isso, defendeu a necessidade de um olhar específico para a região.

- Falou do modelo de assistência humanitária do Sistema das Nações Unidas: com base no Programa Mundial de Alimentos, que é o maior organismo de assistência humanitária do Sistema das Nações Unidas, avaliou que o neoliberalismo, nos anos 90 e início da atual década, teve forte impacto negativo. No início dos anos 90, 80% dos programas do PMA eram estruturantes, 20% eram emergenciais. Contudo, para poder alimentar o Iraque e o Afeganistão, o PMA passou a ser 92% emergencial e 8% estruturante. Ou seja, o que alguns países fizeram no sistema das Nações Unidas é o mesmo que oligarquia brasileira fez: socializou seus prejuízos no Estado. Defendeu, portanto, que outro sistema de assistência humanitária seria fundamental.

- Abordou a questão das ações para populações indígenas. Defendeu que esse assunto deve ser discutido no âmbito internacional englobando o acesso à terra e à água, todavia, observou que praticamente só o Brasil e as Filipinas impulsionam essa discussão. Avaliou que, com a modificação do quadro político na América Latina, contudo, esse tema ganhou nova amplitude. Então, a discussão se qualificou muito em termos de acesso à terra nos âmbitos urbano e rural e o Brasil tem tentando levar isso, inclusive, no campo humanitário.

Francisco Menezes:

- Sustentou que se o episódio da crise for examinado, é possível visualizar, de um lado, a agricultura familiar, os povos e comunidades tradicionais, os assentamentos de reforma agrária sendo chamados e respondendo à responsabilidade da produção de alimentos; e, do outro lado, os elementos causadores da crise, presente, em todos os aspectos, direta ou indiretamente, o agronegócio, que, inclusive, pode lucrar mais com a crise em algumas situações.

- Defendeu que houve avanços importantes e que, agora, é preciso continuar avançando, o que não significa continuar fazendo o mesmo que se fazia antes. Defendeu ainda que a contradição presente na existência de políticas promotoras da soberania e da segurança alimentar e nutricional e, ao mesmo tempo, de políticas que fortalecem o agronegócio precisa ser resolvida. Isso só seria possível, argumentou, com luta no campo político. Para ilustrar sua fala, trabalhou o exemplo da disputa em torno da revisão dos índices de produtividade na terra, a qual se dá no campo político e é algo relativamente novo. Assim, defendeu que a atuação pela promoção da SAN não pode menosprezar a correlação de forças entre as duas propostas políticas, e que é preciso pensar a política de segurança alimentar e nutricional de maneira estratégica. É uma das coisas que essa política precisa considerar seriamente é a questão da infra-estrutura para o fortalecimento efetivo da agricultura familiar.

- No que diz respeito às populações indígenas, argumentou que os dados que existem revelam que, na média, houve progresso; contudo, se observados determinados povos e populações, é possível ver que quase nada foi feito. Destacou que a questão da terra continua sem resposta, ao contrário, esses povos continuam sendo privados do restante de terra de que dispunham.

- Em relação à Amazônia, ressaltou que lá se revela de maneira gritante a ausência do Estado, enquanto regulador e implementador de políticas. Enfatizou ainda a importância do Poder Judiciário.

- Em relação aos recursos do governo federal voltados para combater a crise, observou que é preciso estudar o balanço do governo, apresentado pela CAISAN, para tentar levantar essa informação.

- Concluiu fazendo uma defesa da ampliação da participação como elemento fundamental capaz de formar uma maioria política que fale e que consiga encaminhar efetivamente transformações estruturais necessárias, além de contribuir para mostrar em que direção e o que é preciso fazer de novo para prosseguir avançando.

Painel 2 - Implementação governamental das resoluções da III Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional: Avanços e Desafios

O objetivo deste painel foi debater a implementação das resoluções da III Conferência Nacional de SAN, realizada em julho de 2007, a partir de um documento de balanço elaborado pelo governo federal.

Crispim Moreira, Secretário Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, apresentou uma síntese do documento “Subsídio para Balanço das Ações Governamentais de Segurança Alimentar e Nutricional e da Implantação do Sistema Nacional”, produzido pela Câmara Interministerial de Segurança Alimentar e Nutricional (CAISAN). Informou que o documento tem uma introdução que traz antecedentes e contexto, seguida de uma parte que trata das ações e programas, das diretrizes, e de outra terceira parte que trata do SISA e apresenta as considerações finais do governo.

Em seguida, passou a tratar da parte dois, Elementos da Política Nacional, discutindo cada uma das diretrizes:

Diretriz 1 – Promover o Acesso Universal à Alimentação adequada e Saudável: disse que o esforço foi o de verificar resultados concretos. Mencionou três Programas (no documento original existem mais): o Bolsa Família, que no período do 2003 a 2009 ampliou o número de beneficiários, de 3,6 milhões famílias para doze milhões, tendo ocorrido sucessivas alterações nos critérios de elegibilidade. Inicialmente eram 100 reais *per capita*, depois 120 e agora, em 2009, 140. O significado disto é que mais famílias brasileiras são beneficiárias do direito à renda no Brasil. Ainda nesse período, houve uma ampliação do acompanhamento da frequência escolar, que saltou de 62,8% em outubro de 2006 para 84,5% em abril de 2009. Mencionou, ainda, que houve o aperfeiçoamento do controle social do Bolsa Família, na medida em que foi dada uma outra atribuição para as instâncias de controle que é analisar as contas de utilização dos recursos enviados do IGD. O IGD é o índice de Gestão Descentralizada, que os municípios recebem para fazer ações complementares ao Bolsa Família, como alfabetização, profissionalização, capacitação e segurança Alimentar, constitui-se numa ação complementar ao benefício da renda transferida.

Outro programa citado nesta Diretriz é o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). No período de 2003 à 2009, houve aumento no repasse financeiro *per capita* de 370%. Houve uma ampliação do atendimento, inclusão de alunos matriculados em creches, ensino médio e na educação de jovens e adultos. Em 2009, tornou-se universal aos alunos matriculados na rede pública de educação básica, beneficiando 47 milhões de escolares/dia. Um outro fato relevante que demonstra que esse programa é estratégico para o direito humano à alimentação no país, foi a melhoria da qualidade nutricional da alimentação escolar, pois tornou-se obrigatório a oferta mínima de três porções de frutas ou hortaliças por semana e estabeleceu um limite máximo para que a alimentação contivesse sódio, gordura e açúcar. Um outro dado importante é que o PNAE também tratou diferentemente o atendimento para os alunos de áreas indígenas e quilombolas. Por último, tornou-se obrigatória a aquisição de, pelo menos, 30% dos alimentos da Agricultura Familiar.

Ainda na Diretriz 1, um dos principais resultados foi a rede equipamentos públicos de alimentação e nutrição, ou seja, a possibilidade dos gestores municipais e estaduais

implantarem equipamentos para refeições e nutrição. Já temos uma rede bastante ampla. O PAA deveria aparecer em quase todas as seis diretrizes, mas ele está melhor descrito na Diretriz 2. Ele está vocacionado para dar conta de todas as diretrizes, mas será tratado na Diretriz 2.

Comentou ainda que quando se fala do papel estratégico destas políticas está se falando da universalização, ampliação dos recursos financeiros e busca da institucionalização.

Diretriz 2 - Estruturar sistemas justos de bases agroecológicas e sustentáveis de produção, extração e processamento de alimentos: nesta diretriz foram identificados seis temas e 31 programas ou ações do governo, envolvendo sete ministérios. Principais resultados verificados foram o aumento do número de contratos do PRONAF que, em 2003 era 904 mil contratos, tendo passado para 1.649 mil em 2008. Esses contratos eram mais presentes no Sul e Sudeste. Houve um esforço de desconcentração regional. Também destacou os resultados tangíveis do Programa de Preços Mínimos da Agricultura Familiar (PGPAF): Proteção para 32 produtos da Agricultura Familiar, com enfoque nos produtos regionais e da biodiversidade. Conseguiu-se ainda viabilizar a proteção de 600 mil famílias contra as secas e as enchentes no Nordeste, por meio do Garantia Safra, que é uma combinação de seguro climático e garantia da renda mínima.

Abordou ainda os números da Reforma Agrária, as iniciativas para garantir Segurança Alimentar em acampamentos, em pré-assentamentos, o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA). Citou também o aumento dos estoques públicos de alimentos básicos, realizados pela CONAB. Destacou o progressivo aumento da compra de produtos agroecológicos, da agrobiodiversidade e da Economia Solidária. Apontou para o desafio que é a adequação da rede de serviços às diferentes realidades regionais e étnicas e o aumento do número de ações que promovam a transição agroecológica.

Em seguida, passou a tratar da questão da reestruturação da CONAB, dizendo que a CONAB tem hoje condições de exercer o seu papel na política nacional de abastecimento e da segurança alimentar, de forma mais vigorosa do que em 2003.

Em relação ao PAA, apontou um desafio relacionado à sua ampliação e universalização. No caso da PGPM, o desafio é a ampliação do seu acesso aos médios produtores, agricultores familiares e povos e comunidades tradicionais.

Diretriz 3 - Instituição de processos permanentes de educação e capacitação em SAN e DHAA: Apontou para a existência de quatro grandes temas, que reúnem pelo menos 15 programas ou ações do governo. Os números são os seguintes: 28 milhões foram investidos nas ações de educação alimentar e nutricional no MDS; 8.200 gestores, conselheiros e educadores foram formados nos Centros Colaboradores de Alimentação e Nutrição Escolar (CECANE); 300 mil pessoas envolvidas em processos de formação em SAN pela Rede de Educação Cidadã em 1500 municípios; 8.000 mil conselheiros de alimentação escolar passaram por um processo de capacitação pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE); 360 gestores de ações de SAN nos estados e municípios participam da Rede SAN, que é uma plataforma *web* de comunicação e formação permanente de gestores; 2250 pessoas participaram e foram aprovadas no curso à distância de formação de Direito Humano à Alimentação, fornecido pela ABRANDH.

Diretriz 4 – Ampliar e coordenar as ações de SAN voltadas para povos indígenas e comunidades tradicionais: reúne quatro grandes temas e um conjunto de dez programas ou ações do governo. Citou primeiramente a instituição da Política Nacional de Povos e Comunidades Tradicionais (Decreto nº 6040/2007). Observou que se trata de cinco milhões de famílias que vivem em ¼ do território nacional. Destacou que a Política tem que dar conta dessa extensão. Apontou para a ampliação do acesso dos povos e comunidades tradicionais às políticas de SAN, como o Programa Bolsa Família, com tratamentos diferenciados, específicos e direcionados; o PAA, o PNAE e a criação de ações específicas como a Carteira Indígena e o Brasil Quilombola. Citou que o desafio posto refere-se à expansão desses programas e ações, ou seja, universalizar a cobertura. Uma questão chave seria a adequação de mecanismos de repasse financeiro, o que possibilitaria a ampliação do acesso.

Diretriz 5 – Fortalecer as ações de alimentação e nutrição em todos os níveis de atenção à saúde, de modo articulado às demais políticas de segurança alimentar e nutricional: apresentou alguns números, a saber: 73% dos Núcleos de Apoio à Saúde da Família (NASF), têm nutricionistas contratados, atuando no seu quadro; 20 mil unidades de Atenção Básica contam com o SISVAN; aumento do acompanhamento nutricional: de 63 mil acompanhamentos, em 2003, para 9 milhões em 2008. Em 2008, 5.438 municípios informam dados de antropometria e 1278 municípios informam o consumo alimentar; desde 2005, foram investidos R\$ 4 milhões de reais no Programa Nacional de Vitamina A e 28 milhões no Programa Nacional de Suplementação de Ferro. Os desafios seriam relacionados à superação do atual subfinanciamento da área de nutrição do SUS, na medida em que esta política realiza ações de nutrição em todas as unidades básicas saúde.

Diretriz 6: Promover a soberania e segurança alimentar e nutricional em âmbito internacional: abordou o investimento em assistência humanitária internacional e as cooperações com países da África, América Latina, Caribe e Oriente Médio. Em seguida, falou do reconhecimento do protagonismo brasileiro na promoção do DHAA e da soberania alimentar nas negociações internacionais. Abordou a intensificação das ações de cooperação Sul/Sul e o desafio de se ter maior sinergia entre os ministérios e agências governamentais, no sentido de avançar em projetos, combinando o emergencial com o estrutural.

O Secretário Crispim falou ainda sobre a diretriz que foi acrescida no documento “Subsídio para Balanço das Ações Governamentais de Segurança Alimentar e Nutricional e da Implantação do Sistema Nacional”, que é a do acesso à água para o consumo humano e para a produção alimentos, tema que está também na pauta do CONSEA. Falou de resultados concretos no campo do saneamento, do abastecimento de água, das cisternas e da segunda água.

Para finalizar, disse que gostaria de trazer alguns elementos para a discussão do Sistema Nacional. Considerou como urgente, por conta da conjuntura, a consolidação da política e do plano nacional. Informou que a CAISAN instituiu uma Comissão Técnica que, tão logo se encerre a 3ª Conferência +2, iniciará os trabalhos para apresentar ao CONSEA a proposta da PNSAN, incluindo o desafio que é o diálogo intergovernamental. Disse que há uma instância intersetorial no SISAN, mas não intergovernamental, sendo necessário dar conta dessa agenda e dessa estrutura. Em relação ao monitoramento falou da produção de um relatório de monitoramento da realização progressiva do direito humano à alimentação adequada, sustentável e saudável.

Por último, acrescentou quatro elementos para debate. (i) necessidade de institucionalização das políticas de SAN para garantir universalização, estruturar sistemas públicos operacionais adequados e discutir o pacto federativo, que inclui o cofinanciamento e a co-gestão; (ii) concluir a formulação da Política e do Plano; (iii) afirmar a execução de políticas articuladas combinadas intersetorialmente e avançar na territorialização; (iv) afirmar o papel do Estado na indução do desenvolvimento.

Em seguida, o primeiro debatedor, **Renato Maluf**, presidente do CONSEA Nacional, iniciou dizendo que iria fazer quatro considerações gerais e depois comentários específicos sobre as diretrizes.

1. Elogiou a qualidade do documento e parabenizou a CAISAN. Considerou que o documento é um bom exercício de leitura intersetorial dos programas e ações em curso e observou que, depois da leitura, ficou com a sensação de que houve um acerto na definição das diretrizes na III Conferência. O fato das seis diretrizes, além da nova que está sendo proposta, terem permitido uma leitura ordenada do conjunto, estaria indicando que elas são boas diretrizes como montagem do que seria a estrutura de uma política. A preocupação da Câmara teria sido não fazer um relato de ações, mas de fazê-las dialogarem com os objetivos a que elas se propõem responder. Assim, a primeira observação foi de que o documento constitui uma boa base para se caminhar na direção da coordenação intersetorial a ser promovida a partir do Sistema e da Política de SAN.

2. Ao lado dos avanços dos indicadores dos programas, têm-se os avanços na realidade social, nos indicadores socioeconômicos, nutricionais etc. Desta forma, falar dos avanços não se seria mera retórica. Perguntou então: “não deveríamos estar satisfeitos com esse conjunto? Não seria esta a combinação de ações que nós necessitaríamos, já que ela compõe um conjunto bastante abrangente e complexo, que dizemos que é a área da segurança alimentar e nutricional, embora essas áreas nem sempre possam se reconhecer como tal? Retomou a questão: “porque nós insistimos que é preciso avançar na coordenação intersetorial? O que nós ganhamos com o isso, se o Governo é capaz de apresentar um relato desse, com esse conjunto amplo, abrangente, complexo, com bons indicadores?”

Listou quatro razões principais: (i) a primeira razão é a melhoria da qualidade dos programas. O olhar setorial é insuficiente para tratar das questões. Programas já existentes melhoram de qualidade quando eles incorporam esse enfoque intersetorial; (ii) a segunda razão é que a insistência em avançar na coordenação intersetorial cumpre também o papel de fortalecer as áreas relacionadas com alimentação e nutrição nos respectivos setores do Governo onde elas estão. Citou dois exemplos: CGPAN no Ministério da Saúde e o PNAE no Ministério da Educação; (iii) a terceira razão é identificar carências, ações faltantes; (iv) a quarta, equacionar visões distintas sobre os mesmos problemas. Não é verdade que o governo seja um bloco homogêneo, com uma única visão sobre as coisas, assim como não é verdade que a sociedade seja um bloco homogêneo. Se existe diferença de visão do governo é porque há na sociedade também. Não são só os setores do governo que apóiam o agronegócio no Brasil. Tem setores da sociedade que apóiam. Desta forma, a insistência no debate intersetorial faz aparecer as diferenças de visão sobre as questões. Porque o olhar setorial não permite ver? Setorialmente é muito fácil você justificar as suas próprias ações. Não é muito difícil para o defensor do agronegócio justificar as suas próprias ações, mas é preciso que venha a crítica de fora, no debate intersetorial, para mostrar onde é que estão os problemas.

3. Temos que nos perguntar se os avanços são suficientes. Se os avanços já obtidos são suficientemente sólidos a ponto de evitar retrocessos. O Ministro Patrus fez uma observação hoje de manhã e o Presidente Lula já falou sobre isso em manifestações públicas: essa perspectiva de consolidar programas e ações na forma de lei. No Brasil, temos uma certa *overdose* de lei, mas ao mesmo tempo, lei é um recurso para o qual você recorre quando você quer consagrar algumas conquistas. Recorremos à Lei Orgânica, estamos recorrendo à Constituição agora. O governo tem anunciado essa intenção de recorrer a algum formato, que não se sabe exatamente qual, de consolidação de leis sociais.

4. Com esse documento, o governo deu um importante passo. Está declarado ali com todas as letras, que esse é o governo que incorpora as referências que temos trabalhado na intersetorialidade e do direito à soberania e à segurança alimentar. A questão agora são os próximos passos. A partir desse encontro, o CONSEA e CAISAN vão atuar conjuntamente para chegar em dezembro na formulação da política. Acontecerá novamente o desafio de entender melhor quais são os papéis de cada um e como será compartilhada essa atribuição maior, que é a chegada de uma política. O governo e a sociedade têm tempos diferentes e esta questão deverá ser tratada com muita sensibilidade.

Comentários específicos sobre as diretrizes:

1. Diretriz um: está muito interessante a maneira como foi organizada. São dois conjuntos e uma iniciativa. Um conjunto, que são esses grandes programas: o Bolsa Família, o PNAE, o Benefício de Prestação Continuada (BPC) e o Programa de Alimentação do Trabalhador (PAT). O outro, que é a rede de equipamentos públicos e iniciativas no campo da redução dos impostos, tema que, aliás, o CONSEA nunca discutiu direito. Observações: (i) melhorar a capacidade de trazer para o campo de discussão da SAN temas relativos ao salário, emprego e previdência. Eles continuam sendo referências externas à agenda da SAN e são centrais para a nossa discussão. Por mais importante que seja o Bolsa Família, não há dúvida que tem um significado distinto você conseguir construir acesso ao emprego formal e a salário decente; (ii) observou que, no documento, em vários programas, aparece com muita clareza o desafio para tratar do plano local e municipal. No caso do Bolsa Família, a implementação de ações correlatas depende de ações locais. A rede de equipamentos públicos depende da existência de sistemas locais de SAN. A PNAE, a concretização da compra da agricultura familiar, a discussão dos cardápios dependem de ação municipal. Esse é um desafio; (iii) o *per capita* da PNAE: toda audiência que o presidente do CONSEA faz com o Presidente da República, um ponto obrigatório é o *per capita* da PNAE, e, no último encontro, o Presidente se mostrou surpreso pela ausência, no programa, de um mecanismo de reajuste automático, similar ao que se aplica ao valor do salário mínimo; (iv) o PAT está fora da agenda do CONSEA, pergunta-se, então, se o formato que ele tem hoje, poderia ser considerado uma política pública, e não é por conta do subsídio, desconto do imposto etc, mas porque parece mesmo um grande negócio.

2. Diretriz cinco: Permanece o desafio de fazer com que a PNAN tenha a institucionalidade e os recursos que ela merece. O CONSEA ainda não recebeu do Ministério da Saúde uma resposta suficiente sobre o documento que debatemos com o Ministro Gomes Temporão em uma Plenária no ano passado. Coisas estão acontecendo, avanços estão sendo feitos, mas ainda nos ressentimos de um tratamento nesse sentido. Em relação à Vigilância Sanitária, que é uma área com a qual o CONSEA tem se aproximado bastante, ela tem uma característica interessante, que precisa ser discutida. É um dos

principais componentes de uma política de segurança alimentar, através do qual se faz a relação com o setor privado e com os consumidores, dois ausentes dos debates do CONSEA também. Até hoje não se tratou adequadamente da questão do setor privado na nossa discussão de Sistema e de Política. Sobre o SISVAN, é necessário torná-lo um instrumento de planejamento das ações, mais do que um registro de peso e estatura. Em relação ao Programa Saúde na Escola, esse pode ser um grande exercício de intersetorialidade, caso consiga-se fazer deste Programa um bom diálogo entre a saúde e educação em torno das questões de SAN. Considerou injustificável a inexistência de um diálogo sistemático do CONSEA com o Conselho Nacional de Saúde. É notável que a dinâmica não faça isso acontecer quase que naturalmente. Ainda em relação à diretriz 5 disse que deveria se começar a pensar no lema que junta duas referências principais, que é a alimentação saudável e alimentos limpos. Trata-se de uma boa formulação para se trabalhar como slogan.

3. Diretriz seis: Uma das perguntas mais importantes da mesa da manhã hoje foi: “O que o Brasil anda exportando e o que ele deve exportar?” Isso se aplica ao biocombustível, tecnologia etc. Comentou que sente falta de uma discussão, de um tratamento mais explícito do MERCOSUL e da América do Sul. O documento internacional do CONSEA insistiu na prioridade a ser conferida ao MERCOSUL e à América do Sul. O MERCOSUL é uma região onde estão alguns principais exportadores de alimentos do mundo, sobretudo, o Brasil e a Argentina, mas é uma região que tem encontrado muita dificuldade de se articular, ainda que iniciativas muito relevantes estejam acontecendo no tema da SAN.

Sobre o SISAN:

1. Aponta para a necessidade de avanços. A LOSAN foi deliberadamente vaga na questão da relação entre as instâncias de coordenação do sistema – no caso CONSEA e CAISAN. Já foi falado no começo – “Como essas duas instâncias vão caminhar conjuntamente?” Permanece a idéia de um formato de Câmara Interministerial ligada à Presidência da República na medida em que este formato fortalece a capacidade de articulação intersetorial.

2. A construção estadual do Sistema. É preciso saber o que já se construiu na esfera estadual e discutir a questão municipal. O Consea Nacional até agora não tem debatido essa questão municipal, por achar que não é sua atribuição. Talvez o Consea Nacional precisasse opinar um pouco mais sobre os municípios, mas não há dúvida de que isso é uma tarefa estadual e a leitura desse documento mostra o quanto fundamental é o plano local.

3. Relação com outros Sistemas. Insiste-se muito na intersetorialidade da política e do sistema, ao mesmo tempo não se dialoga com outros Sistemas. Tem-se a impressão de que dizemos: “nós queremos uma política intersetorial e a intersetorialidade que nós queremos é a nossa”. A pergunta é: “qual é o diálogo sistemático que o nosso Sistema tem com a área da agricultura familiar e desenvolvimento rural, ou da saúde, ou da assistência social, ou da educação?” Construir a intersetorialidade é construir conjuntamente: compartilhar metas etc.

4. Construção de um subsistema de orçamento, indicadores de monitoramento. A experiência do CONSEA tem duas ou três grandes conquistas, e uma dessas conquistas foi construir uma metodologia de orçamento, de acompanhamento de orçamento e um enfoque para indicadores de monitoramento. Agora seria o momento de implementar este subsistema.

Maria Emília Pacheco², conselheira do CONSEA, iniciou sua fala com quatro observações: primeiro defendeu ser extremamente importante a iniciativa da CAISAN na preparação do documento de balanço. É efetivamente um exercício que mostra a aplicação do princípio da intersetorialidade e como ele se dá na medida em que se faz a análise da implementação das políticas, envolvendo 15 ministérios, 2 secretarias especiais e 7 órgãos indiretos. Conseguiu-se perceber em que medida o conjunto dessas ações, políticas e programas guardam uma consistência na sua interação ou se tem contradições. Esse é o primeiro desafio. A segunda observação é relativa ao reconhecimento e reafirmação das diretrizes com as quais nós trabalhamos na III Conferência. Elas parecem, de fato, norteadoras da possibilidade de construção da política e vão além da construção inicial do Fome Zero. A diretriz de promover o acesso à água para consumo humano e produção de alimentos é extremamente positiva, fruto do diálogo com o CONSEA. A terceira observação é que há em todo o documento uma identificação de processos de participação e controle social. Efetivamente parece que se está numa construção cidadã e democrática crescente. A última observação geral é que o documento dialoga com a diversidade do povo brasileiro. A edição da lei nº 6040/2007, precisa ser reconhecida e saudada, na medida em que reconhece a existência de povos e populações tradicionais no Brasil. Em vários momentos do documento essas populações são destacadas. Isso é um passo importante, superar os preconceitos e a invisibilidade dessas populações.

Em seguida apontou algumas lacunas e contradições. Um aspecto a ser realçado, correspondendo com os princípios que estão na LOSAN, é o de trabalhar com as diferenças e as desigualdades de gênero. Essa é uma preocupação que passa, às vezes, um pouco ao largo em algumas diretrizes e em outras ela fica mais clara, mas destacou que propor políticas considerando as desigualdades de gênero é um aspecto constitutivo também da construção democrática e cidadã. Sentiu falta de uma referência ao Programa de Igualdade de Gênero e de Raça, que foi criado nesse Governo dentro do MDA, onde há uma proposta de Programa de Organização Produtiva para Mulheres, que apesar de algumas limitações das possibilidades de acesso aos vários grupos de mulheres, precisa ser reconhecido.

Destacou a necessidade de incluir o conceito “alimentação adequada e saudável”. Chamou a atenção para duas questões: a primeira é que não se trabalha com um consenso mínimo em relação a este conceito. Esse conceito foi discutido e aprovado na III Conferência, mas ora se fala em alimentação adequada, ora saudável, ora saudável e adequada. Uma vez foi feita essa sugestão no Fórum Brasileiro de Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional: que um bom exercício era ver como se aplicava esse conceito nas políticas. Parece curioso que na diretriz de acesso, por exemplo, quando se fala de acesso à alimentação adequada e saudável, alguns programas são mencionados: o Bolsa Família, Cesta de Alimentos etc., mas não é, por exemplo, incluído o PAA. Defendeu que os programas e projetos precisam ser pensados naquilo que eles tem de específico ou na capacidade que eles têm também de interagir, de ser parte das várias diretrizes. O PAA é um exemplo disso, de maneira que se tem o desafio de aprofundar o sentido prático operacional que estamos dando ao conceito de alimentação adequada e saudável, com tudo que ele representa do ponto de vista dos conteúdos das políticas.

Reconheceu que o conceito de soberania alimentar está presente na leitura que se faz das políticas, mas sustentou a necessidade de aprofundar o seu sentido político, definindo com clareza seu conteúdo. Segundo seu ponto de vista, não há soberania

² Texto revisado pela painelist.

alimentar sem a proteção da biodiversidade, referindo-se a uma outra lacuna política no documento. Não porque o documento não fale de programas ou ações de proteção da biodiversidade. Há sim uma referência ao Programa Nacional da Agrobiodiversidade. Este Programa foi uma construção coletiva do movimento agroecológico, apoiado pelo CONSEA e está paralisado. Há uma referência aqui inclusive aos Centros de Manejo de Agrobiodiversidade, mas, a partir de 2008, não há um Centro Irradiador de Manejo da Agrobiodiversidade (CIMA) criado. Há também uma inovação com a criação do Programa dos Produtos da Sociobiodiversidade, também chamado PGPMBio. Um reconhecimento e valorização da capacidade de manejo, pelas populações tradicionais no Brasil, de vários produtos que fazem parte da alimentação e alguns produtos não-madeireiros, que são fundamentais para garantir o modo de vida dessas populações, garantir renda e o direito ao território (produtos como o açaí, piaçava, borracha e etc). A biodiversidade, porém, precisa ser considerada como uma questão estruturante da política de soberania e segurança alimentar e nutricional e, não apenas como um somatório de programas e ações. Ela precisa ser vista naquilo que ela representa: a soberania de um povo com direito de acesso e manejo dos seus recursos genéticos. É impossível pensar esse direito sem associá-lo a duas coisas: primeiro, o direito à terra e o direito territorial e, em segundo lugar, é preciso pensar em que medida o marco legal hoje em curso se constitui numa antítese. Assiste-se, no Brasil, há mais de uma década, a sucessivas investidas que constituem graves ameaças por parte do agronegócio, para desconstruir parte da nossa legislação, com propostas de alteração da lei de sementes, da lei dos cultivares e também com a pressão para liberação das novas tecnologias. Os transgênicos já estão liberados e agora há uma proposta no Congresso de liberação de uma outra tecnologia, que se chama *terminator*, que significa liberar sementes estéreis. Explicitou que a proposta da bancada ruralista para a alteração da lei dos cultivares significa um impacto ambiental e um impacto também econômico, e é completamente contrária à Resolução 43 da III CNSAN onde está dito que é preciso “definir um marco jurídico específico, sem exigência de enquadramento dessas variedades, ou seja, variedades crioulas, tradicionais nos sistemas atuais de registro e sem o seu patenteamento ou qualquer forma de propriedade intelectual, entendendo as sementes como bens culturais, que integram o patrimônio dos povos, a serviço da humanidade e não podem ser confundidas como mero insumo agrícola, regulados por interesse de empresas privadas e o seu uso não pode ser fator limitante para acesso à financiamento, crédito, seguro agrícola, assegurando a sua reprodução e comercialização por meio das organizações sociais”. Há uma informação da CONAB, que registra um crescimento de cerca de 246% no preço das sementes entre 1996 e 2006 no Brasil, o que é muito grave, pois coloca em risco a reprodução de diversas populações. Acabou de ser aprovada, na Comissão Especial, a PEC do Direito Humano à Alimentação, e ao mesmo tempo, assiste-se celeremente ao processo de privatização desse bem da natureza. Sabemos que o Ministério da Agricultura encaminhou um Projeto de Lei, no qual ele separa os recursos fitogenéticos de recursos genéticos. Essa separação é absurda, ou seja, o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) propõe separar aquilo que a Convenção da Biodiversidade juntou, sendo que o Brasil é signatário dessa Convenção. O MAPA propõe essa disjuntiva, que tem significativamente o sentido de atender às grandes corporações, que cada vez mais concentram o direito à semente e limitam a autonomia dos agricultores e das populações tradicionais.

Um terceiro ponto a que se refere é sobre o avanço das monoculturas, a política dos agrocombustíveis e os bloqueios para a garantia da terra e direitos territoriais. O CONSEA

fez um debate sobre o impacto dos agrocombustíveis e, dentre as propostas defendidas está a de estabelecer uma regulação sobre a expansão das monoculturas, para que não continue ocorrendo o deslocamento de produção de alimentos no Brasil. Permanece, ainda, com uma urgência, que seja concretizado o direito à terra e a reforma agrária. A edição da Medida Provisória 458, sobre a regularização de terras na Amazônia significa, do ponto de vista do Fórum Nacional Pela Reforma Agrária e Justiça no Campo, a legalização da grilagem. Se não houver um controle da expansão das monoculturas, da política dos agrocombustíveis, irá se assistir, progressivamente, a desestruturação dos modos de vida das populações. Exemplo: chama a atenção que o caso do beribéri no Maranhão não seja analisado do ponto de vista também sociológico, agrário e agrícola. Questiona se as populações que hoje estão mais acometidas pelo beribéri não são exatamente aquelas que estão em áreas que estão sendo desestruturadas pelo avanço das monoculturas. Outra ameaça diz respeito à regulamentação da propaganda de alimentos e a reavaliação dos agrotóxicos. Nesse momento está sendo avaliado o “endosulfan” e outros. São venenos que comprovadamente já estão banidos nos países de origem e as grandes empresas continuam fazendo pressão e, inclusive colocando a ANVISA na justiça, para que não sejam proibidos aqui. Nesse Encontro, é preciso que sejam manifestadas essas questões, quer seja nas resoluções que aqui vamos tomar, ou também nas propostas de moção.

Por último, alguns programas deveriam ganhar uma outra institucionalidade. (i) O PAA precisa ganhar o estatuto de uma política pública. É muito frágil, é muito arriscado ser mantido como uma ação orçamentária dentro de um Programa do MDS. É preciso alçá-lo ao estatuto de uma verdadeira política pública, que esteja dentro do Plano Plurianual; (ii) programas como Carteira Indígena, o Brasil Quilombola também precisam de uma institucionalidade; (iii) o Programa da PGPMBio: avançar no debate da democratização da PGPM. A PGPM não pode ser um instrumento que favoreça quase que exclusivamente os setores do agronegócio. É preciso que haja uma democratização e que ela se regionalize; (iv) permanece também o desafio de estruturar uma política de abastecimento; (v) defendeu uma proposta, que se tenha no Brasil um plano de financiamento público para transição agroecológica. Explicou que os transgênicos não só estão provocando a contaminação genética, como também tem uma produtividade menor, além dos impactos para saúde humana e porque o princípio da precaução foi simplesmente ignorado. A FAO tem vários estudos que mostram como esses sistemas agrícolas sustentáveis baseados nos princípios de agroecologia são capazes de alimentar a população com alimento de boa qualidade. Abordou ainda a questão dos limites do acesso aos fundos públicos. Está comprovado que a sociedade também produz as inovações, traz propostas que podem influenciar e dinamizar políticas. Um bom exemplo é o do Programa Um Milhão de Cisternas (P1MC). Mas, para que essas possibilidades se concretizem, é preciso que haja a democratização do acesso aos fundos públicos, o que requer mudança de marco legal, porque os movimentos sociais, as organizações da sociedade civil, não têm condição de atuarem como órgãos de estado. Embora sejam entidades privadas com fins públicos, não são a mesma coisa que uma prefeitura, por exemplo. O CONSEA também já fez uma exposição de motivos sobre isto. Também é parte de construção da proposta do direito humano à alimentação, soberania alimentar e Segurança Alimentar.

Questões Apresentadas pela Plenária

- Rever os mecanismos de repasse via edital/convênio. Problemas na execução dos recursos. Estudar outros mecanismos, como o fundo a fundo, por exemplo;
- Discutir a questão do acesso à terra, não só pela ótica da reforma agrária, mas também discutir a posse da terra dos povos e comunidades tradicionais e das comunidades quilombolas – proposta para a IV Conferência;
- Questão da baixa educação no campo, dificuldade na implementação de Programas, como o PAA;
- Possibilidade de o Programa de Cisternas alcançar comunidades da Amazônia, principalmente do interior da Amazônia;
- Promoção da “inclusão bancária” no interior da Amazônia tem prejudicado o acesso ao crédito, principalmente créditos como o do PRONAF, com poucos agricultores familiares acessando ao crédito e isso tem repercussão na segurança alimentar e nutricional;
- Identificar melhor as comunidades quilombolas que estão no Amazonas;
- Traduzir os resultados apontados no documento do governo de forma direta para a sociedade, apontando os resultados concretos;
- Incluir, na Consolidação das Leis Sociais, os avanços que foram obtidos e estão colocados no documento do governo. Não só os programas, mas também os processos, a participação e a rede que foi criada para poder implantar, monitorar e garantir o direito à alimentação;
- Ter uma pauta de programas e de políticas para o próximo governo na área de SAN;
- Definir o tema da sustentabilidade como foco da IV CNSAN, incluindo, biodiversidade, a questão da água, a questão da alimentação adequada, que envolve os transgênicos, sementes e etc;
- Aprofundar o tema da agroecologia no Brasil. Discutindo e definindo a sua dimensão, suas bases e sua capacidade de produzir alimentos de qualidade, processos sociais que interagem com a natureza e que permitem uma relação saudável do homem com a natureza e que, juntamente com as dinâmicas da economia solidária, mostre um modo diferente de promover o desenvolvimento;
- Incluir, como um dos temas da IV Conferência, o Programa de Aquisição de Alimentos, a Economia Solidária e os programas de geração de renda e emprego;
- Avançar na relação de pactuação entre as esferas federal, estadual e municipal;
- Avançar no controle social dos municípios.

Considerações dos Painelistas às Questões Apresentadas pela Plenária

Renato Maluf:

- Defendeu a necessidade de pensar os instrumentos sobre os quais se constrói o Sistema. Informou que o CONSEA Nacional tentou atuar no tema do acesso aos fundos públicos. A idéia de pacto pode ser boa. Citou o exemplo da Agência Nacional de Águas

(ANA). A partir da plenária de setembro de 2008, o CONSEA decidiu tornar a ANA um parceiro estratégico para discutir água. Era mais do que tratar uma questão específica. Era necessário um interlocutor para tratar o tema da água e eles enviaram um Termo de Cooperação Técnico entre a Ana e o CONSEA. Esses instrumentos têm que começar a serem definidos.

- Comentou, como uma lacuna na agenda do CONSEA, a discussão sobre Reforma Agrária, ou seja, quais os componentes de SAN em um Programa de Reforma Agrária. Não se conseguiu trazer o INCRA e nem o INCRA tomou iniciativa de se oferecer para debater.

- Sustentou ainda que a questão da Amazônia é uma questão nacional, mas não há uma visão para a região e, apesar dos múltiplos interesses relacionados, são poucos os debates. Então, defendeu que é preciso discutir o tema com mais intensidade e tentando construir uma visão sistemática.

Crispim Moreira:

- Disse estar convencido de que a intersetorialidade se materializa no território, o qual deve ser a base para as políticas.

- defendeu que é preciso orientar as estratégias para a construção do Plano e da Política por meio do diálogo com os outros Sistemas.

- Com relação aos serviços bancários, afirmou que já está em andamento a democratização do seu acesso.

Maria Emília Pacheco:

- Sustenta que o debate poderia relacionar o direito à biodiversidade, nutrição e cultura alimentar. Para a integração desses pontos é preciso analisar todas as política da biodiversidade e nutrição conjuntamente;

- O CONSEA não pode continuar sem pautar, de fato, um debate sobre a reforma agrária, mas esse debate deve considerar as diferenças dos biomas brasileiros. É preciso pensar nas respostas específicas que se têm para a Amazônia. A reserva extrativista sempre foi definida pelos seringueiros como uma proposta de reforma agrária para a Amazônia. Discutir a questão da desapropriação das terras que está emperrada, porque se não se fizer pressão no Congresso para a revisão de índices de produtividade, não sai desapropriação. Limite de propriedade no Brasil é outra decisão a ser tomada. Zoneamento não pode ser apenas indicativo. Tem que ser punitivo. Ou se tem um zoneamento com esse caráter, ou então o zoneamento perde a razão de ser como um instrumento de ordenamento territorial.

Painel 3 - Construção do Sistema Nacional de Segurança e Alimentar e Nutricional e da Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional

O objetivo desse Painel foi apresentar o atual estágio da construção do Sistema e da Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional com base nas discussões realizadas no âmbito do CONSEA Nacional e dos CONSEA Estaduais, buscando, assim, atualizar o debate com vistas a consolidar sua implantação.

A primeira apresentação foi feita pela conselheira do CONSEA **Marília Leão**, coordenadora da Comissão Permanente 1, que abordou a discussão sobre a construção do SISAN ao longo dos últimos três anos.

Avaliou que efetivamente já se tem uma construção e um arcabouço teórico institucional iniciados. Mencionou, primeiramente, a Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional (LOSAN), visto que é a origem do SISAN. A LOSAN nasceu de baixo para cima, sendo efetivamente fruto de uma mobilização em torno da questão da fome e da segurança alimentar. Veio realmente fortalecer a concepção trazida pela Constituição de 1988 de uma sociedade baseada na garantia dos direitos sociais.

De acordo com Marília Leão, a LOSAN consolida uma construção e uma necessidade de articulação intersetorial, visto que há necessidade de inter-relação e articulação entre vários setores, prevendo ações conjuntas entre estado e sociedade civil, sendo esta uma característica do Estado moderno e democrático. A LOSAN institucionaliza conselhos e cria o SISAN que é o Sistema que vai abrigar todas as instâncias e todo o *modus operandi* da ação pública nesse contexto. É um sistema público, pois a opção brasileira de organização das políticas públicas tem sido por meio da criação de sistemas e essa visão sistêmica, presente na LOSAN, abriga as esferas governamentais, as instâncias de pactuação, o controle e a participação social.

Acerca do SISAN, citou o artigo 7º da LOSAN que trata da realização do direito humano à alimentação por meio de um sistema que é o SISAN, que será integrado por órgãos e entidades da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, e também pelo setor privado. Então, o SISAN é desenhado como uma entidade, onde tudo deverá ser articulado e organizado. No que se refere ao marco legal, citou o decreto que cria o CONSEA e o decreto que cria a CAISAN e, em breve, a inclusão da alimentação como direito social na Constituição.

Sobre os marcos legais estaduais, citou, com base num levantamento feito pelo CONSEA Nacional, a existência de 10 estados com LOSANs publicadas em comparação a apenas 6 que existiam até pouco tempo. Considerou esse fato muito importante, pois reforça o Pacto Federativo e leva a discussão da segurança alimentar para um plano do direito nos estados. Ademais, segundo o mesmo levantamento, existem 26 CONSEA instalados, exceto o caso de São Paulo, que continua não funcionando regularmente. Dos 26 CONSEA em funcionamento, 14 presidentes são homens, sendo 12 presidentas, o que demonstra o aumento do número de mulheres. Ressaltou, também, a existência de 15 comissões de direito humano à alimentação adequada, a exemplo da comissão existente no CONSEA Nacional. Existem 5 estados que possuem órgão similar à CAISAN, que podem ser tanto uma comissão intersecretarial quanto uma secretaria que se articula com os demais órgãos do governo. 16 CONSEA estaduais declararam acompanhar a atuação dos CONSEA Municipais. Concluiu essa parte da palestra dizendo que esse é o mapa da organização existente em torno do SISAN no Brasil.

Em seguida, passou a falar sobre os princípios que a LOSAN traz sobre o SISAN, que são muito semelhantes aos princípios dos direitos sociais da Constituição, tais como o princípio da universalidade e da equidade. O SISAN deve ser regido pelo princípio da universalidade. Destacou a importância do princípio da autonomia e dignidade das pessoas. Acerca do princípio da participação social, afirmou que a existência dos CONSEA Estaduais e o Nacional e a própria realização da 3ª Conferência+2 são formas de exercício da participação social e da construção coletiva, e salientou a impossibilidade de avançar, num país que se propõe democrático, sem a participação. Contudo, enfatizou que a participação deve se tornar uma ação prática para poder influenciar não só o controle, mas também a formulação, sendo isto um desafio atual.

Os CONSEA são espaços importantes de influência. Citou também uma fala de um pesquisador inglês no IPEA na qual foi dito que o combate à fome e pobreza passa necessariamente pela redistribuição não só de alimento, mas também de renda, bens, serviços e, principalmente, do poder. Nesse sentido, o princípio da LOSAN da descentralização torna-se muito importante, pois a LOSAN, o SISAN e as políticas públicas essenciais de SAN devem alcançar a realidade local.

Ademais, ressaltou a importância do monitoramento e do desenvolvimento de estudos e pesquisas para o conhecimento da realidade.

Apresentou um quadro comparativo do SISAN com o Sistema Único de Assistência Social (SUAS) e com o Sistema Único de Saúde (SUS). Analisou que o SUAS e o SUS são experiências diferentes, não devendo ser copiadas, mas podendo pautar a implementação do SISAN. No caso do SISAN, não há previsão na Constituição, enquanto que os outros dois sistemas estão previstos. Isso corrobora a importância da campanha da Proposta de Emenda Constitucional (PEC) nº 47/2003.

Os três sistemas possuem leis orgânicas. Existe uma base legal de financiamento para o SUAS e para o SUS, mas não há no SISAN, sendo esse um ponto nevrálgico. Sobre o pacto federativo, o SISAN ainda não prevê mecanismos formais nem informais de pactuação na federação. No caso do SISAN, a Política Nacional ainda não foi consolidada, apesar de estar prevista na LOSAN, enquanto que, nos outros sistemas, a política já está consolidada, corroborando assim a idéia de que a formulação de uma Política Nacional é fundamental para o Sistema. Existem instâncias intergestores nos outros sistemas que não se restringem somente aos níveis federal, estadual ou municipal, mas instâncias entre gestores das diversas esferas governamentais. Para o SISAN, ainda não existe essa instância, não devendo confundi-la com a Câmara Interministerial de Segurança Alimentar e Nutricional (CAISAN).

Como conclusão, avaliou que houve muitos avanços até o momento e destacou como desafios a inclusão do direito na Constituição, a existência de uma base legal de financiamento, a garantia de mecanismos de adesão de estados e municípios e a formulação da Política Nacional de SAN.

Sobre as portas de entrada do SISAN deve-se ter clareza de que o mesmo não tem papel de executor e sim articulador, pois agregará programas e políticas fundamentais de SAN. O maior desafio é a intersetorialidade, visto ser um processo complexo. Contudo, a ação setorializada é frágil, fragmentada, ineficiente e custa mais caro, porque os setores têm que lidar duas ou três vezes com a mesma população. Assim, não há outra saída senão a integração e gestão intersetorial de políticas públicas. Defendeu que universalizar é tão

importante quanto focalizar, porque sob a ótica da vulnerabilidade e dos direitos humanos, deve-se focalizar pessoas que estão sofrendo violações mais flagrantes e em situação de pobreza.

No âmbito do balanço do último ano do CONSEA Nacional, citou a oficina “Construindo o SISAN”, realizada em fevereiro desse ano, que resultou em um importante documento relativo à construção do sistema. Também foi encaminhada uma Exposição de Motivos ao Presidente da República, em que muitas dessas questões estão contidas, e foi aprovado um documento sobre a política de SAN na plenária de agosto que também terá desdobramentos práticos.

A segunda apresentação foi feita pela conselheira do CONSEA Nacional **Regina Miranda**, coordenadora da Comissão Permanente 3, que apresentou o processo de construção do documento “Subsídios para a construção da Política Nacional de SAN”, contribuição dessa comissão para a formulação da PNSAN.

Os pontos de sua apresentação foram: as competências da CP3, o marco legal, o histórico da construção dos subsídios para a PNSAN e os encaminhamentos e desdobramentos postos para o CONSEA. Como primeiro ponto, relatou que a CP se instalou na gestão atual do CONSEA desde janeiro de 2008, tendo, no início dos trabalhos, a preocupação em construir suas atribuições, quais sejam: as de direcionar o governo federal na construção da PNSAN, propondo as diretrizes e recomendações com base nas deliberações da III CNSAN, a partir de consensos criados no âmbito do CONSEA.

Foi definido também que a Comissão Permanente teria como atribuição recomendar à CAISAN as estratégias para o delineamento do Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional bem como estabelecer estratégias e processos de articulação do CONSEA e CAISAN. Outra competência da Comissão seria tratar de assuntos conjunturais relacionados com a construção dessa Política.

Em seguida, lembrou que a atuação da CP relativa à Política se pautou na LOSAN, em seu artigo 11, inciso II, alínea *d*, o qual diz que é dever do CONSEA propor ao Poder Executivo Federal, considerando as deliberações da Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, as diretrizes e prioridades da Política e do Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, incluindo-se os requisitos orçamentários para sua consecução.

Como segundo ponto, relatou o histórico da construção do documento “Subsídios para a construção da Política Nacional de SAN” dentro da Comissão. Em janeiro de 2008, instalou-se um Grupo de Trabalho com o objetivo de propor uma metodologia para a construção da PNSAN. Considerando que os conselheiros não tinham tempo disponível para conhecer todas as peças legais, documentos e contribuições, decidiu-se que seria necessário o apoio de alguns assessores para fazer esse levantamento em conjunto com os membros da Comissão. Foi definido que a base do documento seria o Relatório Final da III CNSAN.

Foi pactuado pela CP que as seis diretrizes propostas pela III CNSAN seriam a principal referência para a construção do documento. Em seguida, foram escolhidos sistematizadores para cada diretriz bem como determinado o calendário de trabalho e demais documentos que poderiam subsidiar a construção dessa proposta, quais sejam a própria LOSAN, o relatório da segunda e da terceira Conferência, o relatório do Grupo de Trabalho da Alimentação Adequada e Saudável do CONSEA, o relatório do Grupo de

Trabalho da Política de Produção e Abastecimento de Alimentos, o documento do Grupo de Trabalho de Orçamento e os relatórios de Conferências temáticas com afinidade e interface com a segurança alimentar (como o relatório de Conferência da Saúde, do Meio Ambiente, de Povos e Comunidades Tradicionais).

O passo seguinte foi indicar e separar ações, estratégias e objetivos e completar as colunas de uma matriz. A idéia era criar uma matriz onde se pudesse visualizar as seis diretrizes, quais seriam as competências, quem teria essas competências e quem seriam os atores envolvidos, tendo nas colunas os eixos transversais de diversidade, descentralização, exigibilidade e relação entre sociedade civil e governo. Após o levantamento de ações específicas, seria necessário verificar sua existência para depois definir os programas basilares.

Em relação aos programas existentes, há a necessidade de verificar a necessidade de aperfeiçoamento e, também, recomendar criação de ações inexistentes. Ademais, é fundamental definir as estratégias, as responsabilidades, áreas e setores de articulação, parâmetros de monitoramento, de controle e avaliação e o orçamento.

Mais adiante, a Comissão percebeu a complexidade do trabalho e, por isso, buscou delimitar o raio da ação política, constituir a base de avaliação do seu impacto, configurar o objetivo maior a ser atingido na sua implementação, o horizonte a ser perseguido ao longo do tempo e propor uma situação futura desejada.

Outro aspecto importante levantado foi o de garantir o direito humano à alimentação adequada, o que implica a universalização do acesso à alimentação adequada e saudável como um dos objetivos centrais que sintetiza várias dimensões da Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional e todas as políticas relacionadas.

Foram contratadas duas consultoras que realizaram um trabalho importante de identificação de uma série de documentos e produziram um documento que se desdobrava em duas fases. Uma fase de pesquisa de textos que poderiam contribuir, os quais totalizaram 50 documentos. O documento produzido separou as seis diretrizes com as respectivas colunas de propostas e de estratégias, bem como propôs requisitos orçamentários e propostas de monitoramento, sendo um subsídio importante para a construção da política, recomendado pela Comissão Permanente 3 à CAISAN.

Diante da complexidade do documento, a Comissão decidiu, então, elaborar um documento mais simples de teor mais político para a CAISAN, preferindo-se, como metodologia, trabalhar de acordo com as seis diretrizes da III Conferência com o apoio de dois revisores responsáveis por cada diretriz, sendo um governamental e outro da sociedade civil. Mais adiante, houve a incorporação dos ajustes propostos pela Mesa Diretiva do CONSEA ao texto final.

Apresentou a estrutura do documento, descrevendo a introdução, a qual aponta alguns atributos de uma política e faz uma análise do contexto e o cenário nos quais a PNSAN está inserida. Em seguida, o documento aponta os princípios, o objetivo geral e os específicos. Em seu escopo, define o sujeito da PNSAN e suas instâncias articuladoras, propõe programas basilares e recomenda outros documentos para subsidiar a CAISAN.

Regina também relatou o conceito de política adotado, que consiste no “conjunto de programas, projetos e ações que se propõe a incidir sobre um determinado problema, mudando a vida das pessoas a quem se dirige”. Além do conceito de política, o documento

citado fala dos atributos desejados que são o de realizar um diagnóstico continuado para conhecer a realidade, garantir processos de planejamento adequados às diferentes realidades e assegurar os arranjos institucionais, lembrando que o Estado brasileiro, apesar dos avanços, ainda adota um modelo excludente que impede o acesso das pessoas mais pobres às políticas públicas.

Destacou a importância de se considerar na formulação das gestões públicas as diversidades étnicas, culturais, raciais, religiosas e de opção sexual. Além disso, deve-se promover a realização de estudos e pesquisas regulares de modo a possibilitar o acesso à informação bem como possuir processos de avaliação e adequação permanente. E, por fim, ressaltou a construção de espaços de definição de instrumentos de exigibilidade do direito humano.

Regina abordou a questão do quadro epidemiológico e da tendência globalizante de se disponibilizar alimento de baixa qualidade nutricional e o aumento das doenças não transmissíveis como consequência. Ademais, o documento apresentado aponta avanços importantes, tais como a ampliação da disponibilidade de alimentos, a recuperação do poder de compra do salário mínimo, o Programa Bolsa Família, o Programa de Aquisição de Alimentos, os Banco de Alimentos, Restaurantes Populares e Cozinhas Comunitárias.

Passando adiante, o documento define os princípios da PNSAN: a universalidade, a preservação da autonomia, a intersetorialidade, a descentralização, participação social, a transparência e a responsabilização. O objetivo da Política apontado no documento é o de assegurar o direito humano à alimentação adequada a todos os habitantes do território brasileiro, promovendo a soberania e a segurança alimentar e nutricional de modo que tenham acesso regular e permanente a alimentos de qualidade e quantidades suficientes, sem comprometer acesso a outras necessidades essenciais, tendo como base práticas alimentares promotoras de saúde que respeitem a diversidade cultural e que sejam ambiental, cultural, econômica e socialmente sustentáveis.

Regina citou também os objetivos específicos que são: identificar e divulgar os fatores condicionantes de insegurança alimentar; construir matrizes que articulem programas e projetos; transformar os objetivos de soberania e SAN em elementos da política do Estado e contribuir para promoção e soberania alimentar no âmbito internacional. Além disso, Regina citou que o sujeito da Política é toda pessoa que habita no território brasileiro e alertou que a PNSAN não se limita àquelas que passam fome ou são excluídas, mas diz respeito a todo e qualquer cidadão.

O documento apresentado também define as instâncias articuladoras que são a Conferência, o CONSEA e a CAISAN. Como prioridades, citou a de proporcionar as condições necessárias para o exercício da intersetorialidade e o fortalecimento dos CONSEA Estaduais e Municipais. O documento também agregou uma sétima diretriz que diz respeito à estruturação e regulamentação do sistema de monitoramento de segurança alimentar e nutricional e do direito humano à alimentação.

O documento afirma a necessidade de qualificar e de criar programas basilares e aponta a necessidade de criar um programa intersetorial. E, por fim, o documento recomenda uma série de outras contribuições que o CONSEA já vem fazendo à PNSAN, mas de forma mais setorializada. Concluiu dizendo que o documento está em fase final de elaboração e solicitou à presidência do CONSEA Nacional que esse documento seja incluído na pauta de plenária para que possa ser aperfeiçoado pelos conselheiros.

A terceira apresentação foi feita por **Sílvia Rigon**, conselheira do CONSEA Nacional e representante da Comissão dos Presidentes dos CONSEA Estaduais, que abordou o subsídio construído com base nas discussões realizadas nos cinco Encontros Regionais ocorridos previamente à 3ª Conferência+2. Os Encontros Regionais debateram os avanços e desafios do SISAN e das seis diretrizes da PNSAN.

Referente à diretriz 1 da PNSAN, promover o acesso universal à alimentação adequada e saudável, os Encontros reconheceram avanços extremamente importantes. Foram apontados o Bolsa Família, o PNAE e o PAA como programas responsáveis por significativos avanços em relação ao acesso à alimentação adequada e saudável para a população brasileira.

Em relação ao Programa Bolsa Família, foram apontadas: a alteração dos critérios de elegibilidade com ampliação do número de famílias participantes do programa, a questão do aperfeiçoamento na atualização do cadastro e da própria gestão do programa, a melhoria do acompanhamento da frequência escolar e da atenção básica à saúde para crianças, gestantes e nutrizes. Contudo, apesar do reconhecimento dos avanços do programa para as comunidades negras e povos tradicionais, foi apontado nos Encontros que essa cobertura ainda é muito baixa.

Em relação ao PNAE, a aprovação da nova lei incidirá diretamente no acesso à alimentação saudável nos cardápios escolares. Outro avanço é o processo de revisão do valor *per capita* no sentido de melhorar os cardápios escolares. Quanto ao acesso aos alimentos de pessoas com necessidades alimentares especiais, destacou a participação ativa de representantes desses grupos nos CONSEA Estaduais, Municipais e no Nacional, o aprimoramento na rotulagem de alimentos pela indústria e a atualização das normas técnicas elaboradas pela ANVISA.

Quanto ao PAT, os Encontros apontaram que está em curso uma discussão sobre a melhoria da qualidade nutricional desse programa. Reconheceram, ainda, o esforço em relação à melhoria da composição da cesta básica de alimentos, buscando-se trabalhar com o guia da alimentação. Outro avanço foi o lançamento de vários editais de seleção pública tanto no âmbito estadual quanto municipal e a articulação dos equipamentos de alimentação e nutrição.

Como desafios, os Encontros apontaram a elevação do valor do benefício do Programa Bolsa Família e o atendimento dos seus objetivos maiores, dos quais destacaram o alcance de todos os indivíduos em condição de vulnerabilidade sócio econômica. Os Encontros também indicaram a necessidade de consolidação das políticas emancipatórias para a população atendida pelo Programa Bolsa Família. Também foi abordada a necessidade de se promover o recadastramento, especialmente dos povos e comunidades tradicionais, porque existe dificuldade de acesso ao programa por parte dessas populações. Houve ainda o debate sobre a questão da transição do programa Bolsa Família para uma política de renda básica da cidadania.

Em relação ao PNAE, foi considerado um desafio o aumento do valor *per capita*. O FNDE fez um estudo apontando a necessidade desse aumento e da capacitação de diversos agentes envolvidos com o programa no sentido de estarem preparados para o desafio dos desdobramentos oriundos da aprovação da lei e adequação do cardápio às pessoas com necessidades alimentares especiais. Sílvia Rigon também citou como desafio a necessidade de avançar no sentido da contrapartida dos estados e municípios, ou seja, no sentido de

criar mecanismos de responsabilização em relação à alimentação escolar. Ademais, os Encontros indicaram como desafios a articulação e formação de pequenos agricultores para a participação efetiva no programa e o aperfeiçoamento da integração entre os Conselhos de Alimentação Escolar (CAE) e os CONSEA.

Em relação à intersetorialidade, Sílvia relatou algumas questões que foram colocadas como desafios tais como a necessidade de promover a articulação entre ações da educação, geração de emprego e renda, da assistência e da saúde. Em relação à rede de equipamentos públicos de segurança alimentar foram colocados os desafios relativos à revisão de critérios que definem a implantação desses equipamentos, dentre eles o critério da densidade populacional. Nesse sentido, Sílvia Rigon ressaltou a importância do envolvimento dos CONSEA Estaduais no fortalecimento da rede de equipamentos públicos e, em especial, cozinhas comunitárias e restaurantes populares.

Em relação à geração de emprego e renda, foi posto como desafio promover alternativas para geração de trabalho e renda em áreas urbanas, o que implica intensificar as ações nestas áreas, em especial em municípios menores, além da importância de promover a agricultura familiar e a economia solidária, havendo a necessidade de avanço no marco legal referente à economia solidária. Segundo o relato de Sílvia, esta questão incide diretamente na segurança alimentar e nutricional, sobretudo de grupos mais vulneráveis.

Em relação ao PAT, os Encontros apontaram a necessidade de fortalecer a equipe técnica do programa com o aumento do número de profissionais, inclusive, nutricionistas.

Passando para diretriz 2, referente aos processos de produção de alimentos baseados numa produção ecológica e sustentável, foram apontados como avanços, em relação à Reforma Agrária, o aumento no número de assentados e de desapropriações de terras usadas para culturas ilegais de plantas psicotrópicas. Houve reconhecimento do avanço na regularização fundiária promovida na região Norte.

Em relação ao PAA, também foi reconhecido como avanço importante a ampliação da atuação do programa em razão da articulação do PAA com a rede de equipamentos públicos de alimentação e nutrição e também a consolidação desta rede.

Em relação ao acesso à água, os Encontros reconheceram a importância do Programa Um Milhão de Cisternas (PIMC), do aumento do número de projetos de preservação de nascentes e o aperfeiçoamento da legislação em relação à qualidade da água e proteção a essas nascentes. Sobre o marco regulatório, relatou um avanço no cadastramento de indústrias que utilizam água dos rios para produção bem como a realização de campanhas para uso racional da água.

Sobre a promoção da agrobiodiversidade e sementes crioulas ou tradicionais, houve reconhecimento do Projeto de Implantação de Unidades Agroecológicas Integradas e Sustentáveis (PAIS) como projetos de grande interesse e importância. A seleção pública de propostas para apoio de projetos de comercialização direta da agricultura familiar, sobretudo na região do semi-árido, também foi considerada um avanço pelos Encontros Regionais.

O Programa de Garantia de Preços da Agricultura Familiar (PGPAF), executado pelo MDA, as experiências de bancos de mudas e sementes e o desenvolvimento de pesquisas nessa área destacaram-se como avanços. Acerca do abastecimento alimentar, foi registrado que a reestruturação da CONAB foi fundamental. Ademais, houve o

aprimoramento do PAA, do PRONAF e do Programa Territórios da Cidadania. Em relação à agricultura familiar, foram registrados: o aumento no aporte financeiro do PRONAF, a destinação de 30% das aquisições do PNAE para produtos provenientes da agricultura familiar, e o reconhecimento de grupos especiais no PRONAF como jovens, negros e mulheres.

Em relação à agricultura urbana, Sílvia relatou o aumento nos aportes orçamentários destinados à agricultura urbana e periurbana. Sobre a questão da pesca e da aquicultura, a transformação da Secretaria Especial da Aquicultura e Pesca em um Ministério foi considerado um outro avanço.

Passando para os desafios relativos à diretriz 2, foi apontado nos Encontros Regionais a existência de muitas pendências em relação à Reforma Agrária, tendo como desafio a necessidade de enfrentamento das tentativas de criminalização dos movimentos sociais. Outro desafio apontado é a necessidade de consolidar os marcos legais para a política da reforma agrária e criar um fundo específico para sua realização. Sílvia Rigon também ressaltou a situação das terras devolutas, trazendo também a necessidade de regulamentar a utilização de bens expropriados nas situações onde haja trabalho escravo e exploração de trabalho infantil. Os Encontros apontaram também o desafio de promover a assistência técnica.

Em relação ao PAA, foram colocadas as seguintes questões como preocupações e desafios: superar a descontinuidade do programa e, conseqüentemente, garantir o constante fornecimento de alimentos aos usuários das instituições beneficiadas pelo PAA; consolidar a base legal do programa transformando-o em uma lei; garantir a regionalização das cestas de alimentos e monitoramento do seu custo, levando em consideração as diretrizes alimentares de promoção de uma alimentação adequada e saudável; e fortalecer os equipamentos de segurança alimentar e nutricional. Contudo, houve a preocupação com a garantia do acesso a alimentação adequada e saudável aos segmentos que não estão sendo atendidos na rede sócio assistencial e nas escolas.

Em relação ao acesso à água, os desafios citados foram: construir uma política de recursos hídricos que respeite as comunidades e os biomas e proteja as áreas preservadas, inclusive por meio de uma remuneração por serviços ambientais; o desenvolvimento de políticas de promoção do acesso à água de qualidade como uma questão fundamental para segurança alimentar e nutricional e ampliar a proposta de construção de cisternas, sobretudo para a Região Norte em função da baixa cobertura de saneamento básico e da contaminação dos corpos hídricos.

Em relação à agroecologia, Sílvia Rigon citou o desafio de se assegurar recursos financeiros, incentivos fiscais e apoio técnico que favoreçam os processos de transição e de conversão da agricultura para a agricultura ecológica, especialmente para os públicos que participam do PRONAF. Foi dito também que é fundamental garantir mercado institucional para a aquisição da produção de agricultura familiar agroecológica nas três esferas de governo e implantar políticas intensivas de redução do uso de agrotóxicos e de controle e monitoramento sobre a questão das sementes transgênicas. Outro desafio é o de promover uma assistência técnica do governo voltada para a agroecologia, garantindo a certificação de alimentos ecológicos produzidos por pequenos produtores.

Em relação à questão da agrobiodiversidade, Sílvia Rigon ressaltou a necessidade de transformar o programa de promoção da agrobiodiversidade em lei e evitar mudanças na

lei de cultivares que estão em curso as quais podem prejudicar o livre uso das sementes pelos agricultores. Ademais, os participantes dos Encontros entenderam como desafio a criação e implementação de bancos genéticos de espécies vegetais e animais de forma a preservar as espécies e a biodiversidade, sendo fundamental divulgar experiências de bancos de sementes para a população e deter a expansão das sementes transgênicas, promovendo-se programas de fomento do uso livre e autônomo de sementes crioulas.

Ainda no âmbito da diretriz 2, outro desafio foi o de criar um programa destinado ao desenvolvimento de produção de alimentos com sementes da agrobiodiversidade priorizando espécies nativas e excluindo organismos geneticamente modificados. Em relação à pesquisa e assistência técnica, foi levantada a necessidade de reconstruir os equipamentos e serviços de assistência técnica e de criar alternativas de assistência técnica nos estados. Em relação à agricultura familiar e urbana, foi registrado como desafio revisar a prioridade governamental focada na grande propriedade, baseada na monocultura para a exportação, e empoderar, sobretudo, a produção familiar e camponesa no âmbito das políticas públicas de incentivo ao produtor. Ademais, segundo Sílvia Rigon, os Encontros reconheceram a necessidade de adequar a legislação e as licitações às especificidades da agricultura familiar, de promover a desburocratização do PRONAF, de garantir apoio às escolas agrícolas e à pedagogia da alternância. Em relação ao Sistema de Atenção à Sanidade Agropecuária (SUASA), há a necessidade de que os CONSEA fomentem a adesão por parte dos estados a esse Sistema. Em relação aos agrotóxicos, há a necessidade de promover o monitoramento regular da quantidade de resíduos dos alimentos, especialmente aqueles adquiridos pelo mercado institucional. Sobre pesca e aquíicultura, relatou o desafio de formatar a pesquisa e assistência técnica para a promoção da piscicultura e de dar continuidade ao cadastro nacional dos pescadores. Em relação à política energética, há a necessidade de aumento do investimento em pesquisa de outras matrizes energéticas, sobretudo com impactos ambientais menores ou nulos, sendo fundamental debater a questão dos agrocombustíveis considerando o risco dos monocultivos e as implicações que o avanço das monoculturas possam ter para a segurança alimentar e nutricional.

Passando para a diretriz 3, que trata dos processos permanentes de capacitação e educação para SAN e direitos humanos, Sílvia Rigon relatou os vários avanços registrados pelos CONSEA Estaduais durante os Encontros Regionais, tais como o programa de capacitação de conselheiros e o trabalho da REDESAN, que tem uma atuação expressiva na capacitação de equipamentos públicos; o curso sobre Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA); o Programa Saúde na Escola, as pesquisas sobre valores nutricionais dos alimentos regionais; as várias campanhas públicas educativas e a questão dos guias alimentares para alimentação adequada e saudável.

E em relação aos desafios para conselheiros e gestores, Sílvia citou a necessidade de se criar estratégias para maior comprometimento público com esse processo de capacitação; articulação e aproximação das universidades com as escolas nesses processos de capacitação, sendo também importante fortalecer essa parceria com os CONSEA e os Centros Colaboradores em Alimentação e Nutrição Escolar (CECANE), que atuam na área de alimentação escolar. Sílvia também apontou a necessidade de fiscalizar e aumentar o controle sobre a publicidade e rotulagem de alimentos, com o fortalecimento dos órgãos regulatórios.

Em relação à diretriz 4, que trata dos povos e comunidades tradicionais, foram reconhecidos vários avanços tais como o aumento da visibilidade do tema, adoção de políticas diferenciadas, o aumento do *per capita* da alimentação escolar, a ampliação de discussões sobre a inserção social e o empoderamento dessas comunidades. Ademais, foi registrado como avanço a demarcação e titulação de terras para algumas comunidades e os programas de conservação, preservação e recuperação de recursos naturais, sobretudo focados na manutenção da cultura e do modo de produção desses povos, e também a melhoria dos processos continuados de educação.

Quanto aos desafios, Sílvia Rigon apontou a necessidade do empoderamento dos povos e comunidades. Nesse sentido, enfatizou a necessidade de promoção de políticas de reparação histórica e de transformação do Decreto nº 6.040/2007 em uma Lei. A questão de promover o acesso a terra e a proteção dos territórios foi apontada pelos Encontros Regionais como fundamental para esses povos e comunidades bem como a questão da identificação civil dos indivíduos, pois a dificuldade de acesso à documentação acaba impedindo a inclusão nos programas e nas políticas públicas. Destacou, sobretudo, o desafio de aprimorar a interlocução dessas políticas específicas com as políticas de segurança alimentar e nutricional. Sílvia Rigon também citou a necessidade de redução da burocracia para que as comunidades tenham acesso maior às políticas.

Em relação à diretriz 5, relatou os avanços reconhecidos durante os Encontros Regionais, tais como a criação dos Núcleos de Apoio à Saúde da Família (NASF), a licença maternidade de seis meses e o avanço nos programas de aleitamento materno. Outro avanço importante relatado foi o enfoque do direito humano que passou a ser incorporado também no campo da saúde.

Em relação aos desafios, foi apontada a necessidade de modificar o enfoque meramente curativo da saúde e da promoção da saúde da mulher e da criança, rompendo o ciclo de desnutrição materno infantil bem como de reduzir a obesidade e o sobrepeso; de ampliar a notificação compulsória da desnutrição infantil para todo o nível nacional; da inserção da temática de SAN nas escolas e da ampliação de recursos orçamentários para a área de alimentação e nutrição dentro do Ministério da Saúde.

Ainda como desafios, Sílvia citou a necessidade de aumentar a cobertura do Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional (SISVAN) e de promover o marco legal que regulamente a propaganda, rotulagem e produção industrial de alimentos. Houve também a preocupação com a produção e comercialização de alimentos transgênicos, ou seja, uma necessidade do Estado se manifestar em relação a essa questão e fazer o seu controle.

Em relação à diretriz 6, que se refere à soberania alimentar no âmbito internacional, foram registrados vários avanços importantes em relação às crises internacionais, inclusive, um registro de que o Brasil, em função da sua política nacional, sentiu um impacto menor desse processo. Ressaltou também como avanço a manutenção dos níveis tarifários dos alimentos no âmbito do Mercosul, o que garantiu que as famílias dos países que fazem parte do Mercosul não sofressem tanto com a insegurança alimentar e nutricional. Outro avanço apontado foi o aumento da troca de experiências entre os países pelo sistema de cooperação técnica internacional, o que tem levado a proposta de segurança alimentar para outros países.

E em relação aos desafios, foram colocadas algumas preocupações com a necessidade de garantia da produção e de estoque regular de alimentos, ou seja, é

necessário priorizar o abastecimento interno e limitar o avanço das monoculturas para que não interfira na produção de alimentos. Outro desafio foi a necessidade de o Brasil garantir nos acordos internacionais o direito humano à alimentação adequada e saudável. Ademais, a proteção da fauna e flora brasileiras do registro de patentes por outros países e a introdução de regras e ações para garantir a sustentabilidade dos biomas foi considerada um tema fundamental para a soberania alimentar. Rigon também relatou como desafio a possibilidade de contribuição do Brasil para a disseminação da tecnologia social de SAN para outros países, desde que respeitando a sua soberania alimentar. Os Encontros Regionais também demandaram recolocar a discussão de transgênicos e da lei de cultivares que são dois fatores que interferem diretamente na soberania alimentar do Brasil e também na de outros países.

Sílvia Rigon, então, passou a abordar o SISAN com base no subsídio proveniente dos Encontros Regionais. Destacou a criação dos CONSEA Estaduais e Municipais que atualmente possuem um modelo similar ao do CONSEA Nacional. Foi reconhecida a criação de várias instâncias intersetoriais dos governos estaduais e no próprio governo federal que vão trabalhar com o tema da segurança alimentar. Outro avanço apontado durante os Encontros Regionais foi a criação da Comissão dos Presidentes de CONSEA Estaduais, instância do CONSEA Nacional, que poderá incidir diretamente no SISAN em razão da troca de conhecimentos e concepções.

Também houve avanço com a criação de vários órgãos de SAN dos governos estaduais e municipais, a ampliação do número de comissões de direito humano e alimentação adequada e saudável e o aprimoramento do marco legal que respalda o SISAN e as políticas públicas de SAN. Ressaltou o número de LOSANS publicadas e o fortalecimento dos Fóruns Estaduais de Segurança Alimentar. Segundo Sílvia Rigon, os Encontros destacaram também a criação de um número maior de frentes parlamentares de segurança alimentar nos estados bem como o aumento das ações de capacitação dos conselheiros e da participação das universidades.

A produção de pesquisas na área de segurança alimentar e o desenvolvimento de projetos da FAO também foram vistos como avanços. Houve o reconhecimento da importância do Edital de Chamada Pública nº 001/2008 do MDS que tinha como objetivo o repasse de recursos aos 26 estados e ao Distrito Federal para que os processos de definição do marco legal avançassem. Contudo, foi um desafio lidar com as dificuldades relativas ao processo de formalização de convênio e à tramitação burocrática, mas, ainda assim, o Edital foi visto como o primeiro passo no sentido da implantação do SISAN nos estados.

Passando aos desafios, Sílvia citou a necessidade de fortalecer e ampliar instâncias que integram o SISAN e a rede de equipamentos públicos de SAN, de avançar na articulação do SISAN com os demais sistemas públicos SUS e SUAS, de construir formas institucionalizadas de integração das políticas relacionadas com a SAN e de garantir os recursos orçamentários nas três esferas de governo acompanhada da melhoria no monitoramento de recursos.

Em relação às instâncias do SISAN, os desafios apresentados foram o fortalecimento institucional dos CONSEA, a garantia da criação dos CONSEAs nas localidades onde inexitem, a promoção dos meios para que os CONSEAs tenham maior autonomia e sejam mais democráticos e representativos, inclusive assegurando a participação dos povos e comunidades tradicionais. Segundo Sílvia Rigon, os Encontros também apontaram o desafio de garantir a institucionalidade dos CONSEAs mediante

legislação específica para o funcionamento em espaços estratégicos e não em secretarias setoriais, a fim de possibilitar o exercício da intersectorialidade. Nesse ponto, o mesmo se aplica à CAISAN.

Ademais, foi levantada a necessidade de efetiva participação dos CONSEA na elaboração e planejamento do Plano Plurianual (PPA) e na apreciação e acompanhamento dos projetos afetos ao tema nutricional. Apontou-se também o desafio de garantir a dotação orçamentária para que os CONSEA possam trabalhar com o apoio de uma secretaria executiva e de infra-estrutura bem como de garantir que as comissões estaduais de direitos humanos desenvolvam os mecanismos de exigibilidade e de monitoramento em relação às violações.

Em relação à CAISAN, o desafio é de assegurar que as Câmaras Intersecretariais existam e possam de fato atuar e transformar a cultura da gestão pública no sentido da intersectorialidade. Sobre as Conferências, o desafio citado por Sílvia foi de realizá-las de forma regular, obedecendo a um calendário periódico com orçamento e infra-estrutura necessários e uma boa divulgação para garantir a participação social nesses eventos. Ademais, há o desafio de incorporar a apresentação nas Conferências de resultados de pesquisa e avaliações para que se possa promover reflexão aprofundada. Sílvia Rigon também citou a necessidade de ampliar participação tanto da sociedade civil como de governo e de ampliar a efetividade dessas Conferências no sentido do encaminhamento e do monitoramento necessário das resoluções aprovadas.

Por fim, Sílvia ressaltou que a 3ª Conferência +2 é um exemplo de eventos que devem ser feitos posteriormente às Conferências para monitorar o andamento do processo e também para fortalecer a sociedade civil, sendo importante estimular a participação e criação dos fóruns.

Em seguida, o debatedor **Ronaldo Coutinho Garcia**³, Secretário de Articulação e Parcerias do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, resgatou os principais pontos das apresentações feitas no painel. Iniciou sua fala abordando a comparação entre os sistemas, a fala de Marília Leão. Relatou a formação do SUS desde o movimento pela reforma sanitária no final dos anos 60, com forte compromisso social, movimento que se expandiu dentro do campo da medicina, enfermagem e todos os militantes da saúde. Foi um processo lento, mas eficaz, segundo Ronaldo. No início dos anos 70, houve fortalecimento significativo das demandas por atenção à Saúde, nascendo assim movimentos pela saúde pública.

Nesse período, muitas lideranças do movimento da reforma sanitária tiveram oportunidade de ocupar postos importantes no setor público, fazendo prosperar no interior da administração pública algumas idéias que vinham sendo defendidas sistematicamente pelo movimento. A partir de então, ocorreram Conferências que, na Constituição de 1988, resultaram na criação do SUS. Ronaldo Garcia avaliou que a relativa facilidade de criação do SUS se deve ao sistema anterior de caráter nacional relativamente integrado mas com dificuldades de financiamento, sem normatização e que funcionava com precariedade.

No caso do SUAS, Ronaldo Garcia relatou algumas diferenças em relação ao SUS, como o fato de não ter sido constituído por uma base popular propriamente. Mas o SUAS teve sucesso em levar a assistência como direito, não havendo, porém, financiamento

³ Texto revisado pelo painalista.

assegurado. Apenas o Benefício de Prestação Continuada (BPC) possui recursos assegurados. Mas, a partir de 2003 e principalmente em 2004, a construção do SUAS foi consolidada.

A normatização do SUAS foi inspirada no SUS. A assistência organizada pelo setor público atualmente alcança números significativos, como os quase seis mil Centros de Referência da Assistência Social (CRAS) existentes em mais de três mil e quatrocentos municípios. Porém, dos seis mil CRAS, mais de mil não contam ainda com o financiamento do governo federal, sendo iniciativas de governos municipais e estaduais, um indicador importante da legitimidade do novo sistema. Ronaldo afirmou que há uma força organizada em âmbito local que tem viabilizado a assunção por parte de prefeituras e de governos municipais e estaduais dessa nova linha de política. Citou também os CREAs que são centros de referência especializada de assistência social.

Ronaldo Garcia avaliou que o compromisso do Presidente da República e do Ministro Patrus em articular, de viabilizar e lutar por condições mais apropriadas para a execução da política social foi um fator fundamental para esse processo, visto que a defesa social desse Sistema foi mais fraca do que na área da Saúde.

Quanto ao Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, é necessário reconhecer que a trajetória do SISAN é diferente da dos outros Sistemas. Apesar da fome existir há muito tempo no Brasil e compor o cenário nacional, não era considerada um problema social. A fome passou a ser tratada como uma questão social a partir de atores sociais de peso que declararam a sua existência e demonstraram que o problema poderia ser enfrentado desde que se mobilizassem os recursos.

A circunstância favorável para esse progresso foi o impeachment do Collor, no qual o Partido dos Trabalhadores (PT) teve um papel decisivo e foi chamado a integrar o governo de coalizão posteriormente. Na oportunidade, Lula entregou ao Presidente Itamar a demanda de acabar com a fome nesse país, acompanhada de uma proposta de documento de Política Nacional de Segurança Alimentar que previa a criação de um CONSEA. O Presidente Itamar criou o CONSEA e convidou Betinho para ser seu Presidente, que não aceitou o convite, mas mobilizou a sociedade no combate à fome, nascendo daí a idéia da ação de cidadania que decorreu do movimento pela ética na política.

A estrutura desse primeiro CONSEA foi composta por personalidades com forte apelo popular e com apoio estatal que permitiu realmente fazer uma grande movimentação. A partir de 1995, houve um arrefecimento desse processo em razão da perda do apoio estatal. Ronaldo, então, avaliou que a reflexão sobre essa trajetória requer identificar os passos necessários para a institucionalidade, a legitimidade, a amplitude e a eficácia que se pretende. A LOSAN foi um avanço, mas pouco incomoda, porque não disputa recursos de poder de qualquer tipo e, por isso, encontrou pouca resistência. Contudo, a prática efetiva do Sistema exigirá abrir espaço no orçamento e nas instâncias de poder, sendo importante buscar-se os mecanismos para acelerar essa prática.

Acerca da Política, comentou que o problema social foi declarado e entrou na agenda de governo, passando o problema da insegurança alimentar e nutricional a ser afirmado em Conferências, documentos e CONSEA. Considerando que a insegurança alimentar é socialmente produzida, sendo um fenômeno no qual alguns setores ganham e outros perdem, o seu enfrentamento começará a ganhar celeridade se for uma demanda social irresistível. Se for uma política que não incomode a ninguém, será sacramentada

rapidamente. Relatou, então, a ausência de um ponto no documento que foi sintetizado por Regina Miranda que é a orientação operacional sobre o problema da insegurança alimentar e nutricional e seu conceito, extensão e sua dinâmica. Sem isso, a Política será uma agregação de ações existentes ou demandas à ação governamental pouco precisas. Contudo, segundo Ronaldo, a explicação sobre a insegurança alimentar organizará a Política para o enfrentamento desse problema, implicando, portanto, numa intervenção multisetorial, intersetorial, muito exigente em coordenação. A criação de novos setores dentro do governo apenas dificulta a coordenação e a integração e, por isso, discorda da proposta de se criar o Ministério da Segurança Alimentar, pois a insegurança alimentar exige uma disposição de conjunto dos governos e das sociedades.

Ronaldo Garcia reiterou a necessidade de incluir no documento da Política feito pelo CONSEA o aprofundamento da explicação desse problema, não sendo recomendável constar apenas a proposta de identificar os fatores condicionantes da insegurança alimentar e nutricional, mas identificar já no documento suas relações, suas dinâmicas e as causas geradoras, apontando, inclusive, a forma de enfrentá-las. Criticou a prática do mero reconhecimento da existência de um problema bem como a busca de soluções nas ações já existentes, as quais foram concebidas para enfrentar outros problemas.

Ronaldo defendeu que se deve buscar ações especificamente desenhadas para enfrentar o complexo problema da insegurança alimentar e nutricional. Considerou fundamentais os mecanismos de pactuação propostos para o SISAN, inclusive a pactuação federativa, mas ressaltou que, para isso, é necessário uma forte coordenação, cujo espaço tem que ser criado e ter força para fazer a coordenação de uma ação intersetorial, abrangente, complexa e distinta em cada realidade local. Relembrou a fala da Marília Leão sobre a universalidade atendendo às especificidades de cada local, de cada demanda e de cada público.

Concluiu dizendo que a construção de indicadores é uma proposta importante e que o êxito do sistema de monitoramento de segurança alimentar está relacionado à sua capacidade de ser universal, que, em sua concepção, implica considerar também as especificidades locais.

Primeiro Bloco de Questões Apresentadas pela Plenária

- A trajetória de mobilização da SAN é distinta do SUS e do SUAS. Também, o seu objeto é de definição mais difícil. Logo, é preciso delimitar o campo, porque, devido à intersetorialidade, tudo tem a ver com SAN e corre-se o risco de perder-se o foco. Só assim será possível a implementação da lei, que começará com formulação da política e a construção do Sistema;
- A construção do sistema deve enfrentar duas situações distintas: (i) o levantamento e incorporações das políticas existentes que impactam a SAN e (ii) a incorporação de setores mal ou bem reconhecidos na política pública que querem se fazer reconhecer e também é perfeitamente legítimo. É preciso definir o que vem primeiro, mas isso depende da conjuntura, das oportunidades existentes;
- Desafio da incorporação dos estados e municípios no SISAN;
- Definição de quais programas podem ser considerados portas de entrada do SISAN;
- Proposta de o SISAN ser o foco da IV Conferência Nacional;

- Considerando que a LOSAN é um instrumento jurídico e político necessário para a institucionalização do SISAN, é preciso desenvolver ações e estratégias para fortalecer os estados que ainda não tem a lei;
- Demanda que o Consea Nacional auxilie os estados que não tem essa lei aprovada;
- Necessidade de mecanismos de coordenação e integração para atender à intersetorialidade. A CAISAN faria esse papel no SISAN? E a Casa Civil, que promove a integração entre diferentes sistemas, políticas e programas, qual seria o seu papel? Essa discussão é estratégica, porque a integração (até no nível local) depende do planejamento articulado em gestão e orçamento no nível federal, uma vez que muitos programas são federais;
- Diálogo também com o Sistema Único de Segurança Pública (SUSP), com forte apelo à intersetorialidade, sobretudo, com as políticas sociais, especialmente educação;
- Atuação do CONSEA no sentido de integrar as diversas ações dos movimentos sociais e do governo;
- A PNSAN deve abordar como propriedade a questão da terra e da água;
- Falta ao SISAN mecanismos de integração intergovernamental, a CAISAN é intragovernamental. A articulação deve ir além dos setores e tratar os entes federativos;
- Aproveitar o momento político (mandato do Presidente Lula) e elaborar a política e o plano. O ideal seria que o plano virasse uma lei capaz de determinar orçamento público, controle social, revisão de marco legal para favorecer as ações de financiamento público nos territórios para gerar bens e serviços públicos, segurança alimentar, proteger o direito humano à alimentação das famílias. A Consolidação das Leis Sociais pode representar uma oportunidade;

Considerações dos Painelistas ao Primeiro bloco de Questões Apresentadas pela Plenária

Marília Leão:

Defende a importância de lutar pelas LOSANs e CONSEA nos estados e municípios, desenvolvendo ações de fomento a sua criação, quando inexistente, porque o processo de elaboração de uma lei em si já mobiliza e enriquece o debate. Ressalta que já existem iniciativas nesse sentido, mas abre a ressalva de que a maioria dos CONSEA ainda não tem uma estrutura fixa. Observou que todas as falas tinham como pano de fundo a questão central que é como materializar o SISAN, inclusive, incorporando todos os estados e municípios. Trata-se de algo realmente complexo, principalmente, pela necessidade do enfoque intersetorial. É preciso superar a lógica setorial e mostrar que existem temas aglutinadores que permitem essa visão integrada.

Regina Miranda:

Ressaltou a importância de um bom diagnóstico. Um início é o balanço do governo, mais quantitativo, e a avaliação dos encontros de CONSEA estaduais, mais qualitativa, os dois documentos são complementares. Observou que a proposta do SISAN é bastante

ousada uma vez que se propõe um Sistema aberto, o que é algo novo, logo, requer um exercício inovador. Discorreu ainda sobre a questão da coordenação, defendendo que a CAISAN deve ser o órgão com essa missão, mas o cumprimento do seu papel depende de como vai se relacionar com as demandas da sociedade civil. E esta também deve investir para que exista o órgão do governo. Destacou, por fim, que vários pontos levantados pela Plenária (como acesso a terra, água e reforma agrária) já estão inseridos no documento da política.

Sílvia Rigon:

O tema da Segurança Alimentar é extremamente estratégico e, por si só, é aglutinador. Por isso, é estratégico para outras políticas, por isso, a sua priorização e seu destaque dentro de um plano mais geral de governo. Eu acho que realmente a responsabilidade da CAISAN é muito grande, e temos que pensar dentro da CAISAN uma Política Nacional em termos de pessoas com peso político e poder de decidir e encaminhar questões de caráter mais concreto para que aconteçam efetivamente. Com relação à implantação de LOSAN, SISAN e CONSEA estadual e municipal, informou que os editais do MDS têm essa finalidade, ou seja, se criar um processo de mobilização e discussão que gere resultados. Trata-se de um mecanismo que pode fazer o processo avançar.

Ronaldo Garcia:

Começou seus comentários abordando a questão das normas e institucionalidades, argumentou que as instituições estatais não foram desenhadas para olhar os problemas do povo. Sendo o Brasil o país mais desigual do mundo, o conceito de SAN é muito inovador e deve ser aplicado com ambição. O plano deve ser abrangente e dar conta da complexidade do nosso problema e o trabalho da sua elaboração deve envolver todos aqueles que haverão de desenvolver ações pertinentes ao enfrentamento do problema. Com relação à coordenação intersetorial, defendeu que a CAISAN, apesar de suas dificuldades, representa um avanço, mas se ela não dispuser de uma programação integrada, seu trabalho de coordenação fica prejudicado. A CAISAN representa a possibilidade de coordenar um plano de ação, para isso, precisa do plano elaborado. Isso, já é uma outra construção. Logo, o Plano deve conceber os programas de maneira integrada. Observou que uma das maneiras de os CONSEA inovarem na sua atuação e se aproximarem dos outros sistemas, é estar presente nos outros conselhos e chamar para estar nos CONSEA nos estados, os conselhos de saúde, de educação e desenvolvimento rural, e enfim, todos aqueles que existem e que sejam pertinentes a SAN.

Segundo Bloco de Questões Apresentadas pela Plenária

- Inserção da agenda do movimento e das populações negras na Política e no Plano de SAN e na atuação do Consea;
- Nas contribuições dos encontros regionais, a questão de gênero não aparece, embora tenha sido discutido no encontro de CONSEA em Salvador;
- Tratar a questão da segurança alimentar nutricional e da assistência social num mesmo órgão de governo fez com que a política de SAN começasse a se pautar muito mais pela assistência do que efetivamente como uma estratégia do desenvolvimento. É preciso sair de uma perspectiva de assistência para uma estruturante de desenvolvimento;

- Definir SAN como prioridade do Governo (como é o PAC), possivelmente haveria mais avanços e envolveria mais ministérios;
- A CAISAN não pode ser coordenada por um Ministério, ela deveria estar ligada diretamente à Presidência da República;
- A questão do caráter dos conselhos. Dificuldade em definir se o Conselho é deliberativo ou consultivo, em todo caso, deve ter poder fiscalizador, para tanto, é preciso garantir a informação para o controle social;
- Acesso à informação. As comunidades que são objeto de pesquisas precisam ter acesso as suas conclusões e serem capacitadas para planejar com base nessas informações;
- Garantias para que os programas cheguem até os destinatários finais, não se pulverizem no processo;
- Mencionar um guia alimentar da população brasileira;
- Pensar nas ferramentas para implementação nos estados, e esse é o momento de começar a discutir. Uma possibilidade são os pactos federais, estaduais e municipais;
- Pautar os CONSEA Estaduais e levar em discussão segurança alimentar para a arena política de 2010;
- Intensificar a divulgação do conceito de SAN entre especialistas, professores, crianças e agentes multiplicadores.

Considerações dos Painelistas ao Segundo Bloco de Questões Apresentadas pela Plenária

Marília Leão:

Começou sua fala explicando porque discutiu SISAN com SUS e SUAS. Não se tratava de simples comparações, na verdade, fez apenas uma tentativa de validação do trabalho desenvolvido no Consea Nacional para saber se a construção do Sistema segue no caminho certo. A idéia era comparar as escolhas feitas pelo CONSEA com as lições de outros Sistemas. Afirmou não estar preocupada com a questão eleitoral, pois o Sistema seria uma luta muito mais ampla e complexa. Trata-se de uma luta contínua e que precisa levar a muitas mudanças ainda. Por fim, defendeu que a integração tem que nascer junto com o novo desenho da política. E o movimento do governo federal de fazer uma organização das políticas sociais é uma oportunidade da qual o CONSEA, como conselho de políticas públicas, precisa participar desse debate. É preciso conhecer a proposta, porque essa visão integrada, tão discutida no CONSEA, precisa ser colocada nessa revisão e regularização.

Regina Miranda:

Defendeu que o ideal não é ter um ministério da SAN, nem a CAISAN ficar no MDS, o lugar desta é na Presidência da República. A SAN não pode ser resumida à questão

da miséria e da fome. Promover Segurança Alimentar é passa pela construção de um Sistema aberto que tenha interlocução com os vários Sistemas, com as várias pastas de governo, nas três instâncias. Defendeu também que a política vem antes do plano, porque a política define os princípios, as diretrizes e estratégias do plano. Rebateu intervenção da plenária que disse não terem ocorrido avanços para população negra e os povos e comunidades tradicionais, essa posição nega um movimento popular forte e histórico. As conquistas de hoje não são de Governo. Acrescentou que é um equívoco achar que o CONSEA é capaz de recuperar uma dívida histórica de 500 anos do país com esses povos. Esses grupos conquistaram espaços nos processos de construção de políticas e isso deve ser respeitado e valorizado para que a gente possa avançar. Com relação à intersectorialidade, defendeu que o CONSEA não precisa tentar fazer tudo novo, existem diversos programas que estão se desenvolvendo na direção da intersectorialidade, logo, os avanços devem ser aproveitados também.

Sílvia Rigon:

Comentou a necessidade de maior visibilidade e tratamento em termos das políticas para o recorte racial da SAN. Destacou a importância da construção de uma agenda capaz de definir as prioridades de SAN, incluindo a questão racial, indígena, de gênero etc. Mas acima de tudo, a própria SAN precisa conseguir seu espaço na agenda política como prioridade. Defendeu que há necessidade de uma aproximação maior do Consea Nacional, dos CONSEA Estaduais e dos CONSEA Municipais, pois não é possível pensar o SISISAN sem pensar nos estados e municípios. Esse fato dá significativa importância para a Comissão dos Presidentes de CONSEA Estaduais, instância que trabalha a articulação com o Consea Nacional. Abordou a preocupação com o poder dos conselhos – se ele devem possuir caráter consultivo ou deliberativo. Salientou que necessário garantir, no Brasil, um Estado atuante que seja capaz de garantir o direito humano à alimentação adequada e saudável. Para isso, é necessária uma sociedade mobilizada e crítica, e que interaja com o estado e participe não só do controle social, mas, sobretudo dos momentos de concepção das políticas. Terminou sua fala tratando da intersectorialidade, que na sua opinião só pode ser alcançada se o pensamento daqueles que estão envolvidos com a construção da PNSAN e do SISISAN for interdisciplinar.

Ronaldo Garcia:

Encerrou o painel defendendo que a atuação do Governo concretizou diversos avanços. Não fez mais por razões diversas, entre elas a burocracia e a disputa de interesses internos ao governo. Destacou que o Governo precisa ser pressionado para responder adequadamente. Reconheceu que os processos não têm ocorrido da maneira e com a presteza satisfatória, mas atribuiu essas dificuldades ao fato de o governo ter oito anos para lidar com problemas seculares. Apontou a área de Segurança Alimentar como um exemplo de avanço extraordinário. Hoje existem equipamentos de Segurança Alimentar. Mesmo que não tenham a abrangência necessária e desejada, já estão sendo assumidos pelo povo como sendo ações relevantes. Ponderou que a atenção do Governo Federal para com o PAC se justifica, mas não é exclusiva. Existe também a chamada agenda social – um conjunto de ações governamentais de redução da pobreza e ampliação de serviços. São diversos programas que são acompanhados tão intensamente quanto as obras do PAC. Não está tudo

perfeito, daí a necessidade de inovar sempre. Abordou ainda a questão do caráter dos conselhos deliberativos e consultivos. Esse caráter reflete poder. Quando é deliberativo e a deliberação tem consequência na ação governamental, o conselho é um lugar de poder. Mas, essa condição é conquistada por meio da luta política e respaldo social forte. Também é necessário que a participação seja qualificada, com conselheiros ativos e representantes ativos da cidadania, o conselho deve tomar decisões relevantes e participação democrática e não a participação simbólica.

Painel 4 - Preparação da IV Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional

Este painel buscou avaliar o processo preparatório da III CNSAN assim como levantar propostas para o processo preparatório, temas e conteúdos da IV Conferência com previsão de realização para 2011. Este tema foi discutido nos 10 grupos nos quais os participantes se dividiram sendo que as discussões e propostas feitas nos grupos foram sistematizadas e apresentadas à plenária. A seguir apresenta-se o resultado desta sistematização:

Propostas ao processo preparatório da IV Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional:

- Assegurar orçamento por meio da LOA de 2011;
- Dar visibilidade à Segurança Alimentar e Nutricional;
- Permitir a emergência de novas lideranças;
- Realização do processo da Conferência nas três esferas de governo, em estreita articulação com a construção da PNSAN e do SISAN;
- Definir um cronograma urgente com datas e prazos para realização da Conferência.
- Criar uma comissão de mobilização social;
- Cotas representaram um aspecto interessante da última conferência, mas deve se prever que os segmentos já estejam integrados na luta de SAN, assegurando sua presença nas conferências municipais e estaduais;
- Garantir cotas para pessoas com necessidades alimentares especiais;
- Requisitar cardápios antecipados para atender as pessoas com necessidades alimentares especiais;
- Facilitar acesso a cadeirantes e deficientes visuais;
- Garantir igualdade de gênero na participação na Conferência;
- Elaborar documento dirigido aos candidatos aos diversos cargos eletivos nos diferentes níveis para sensibilizar sobre a importância e necessidade do Consea e suas recomendações;
- Consea e Governo Federal devem dialogar com governos estaduais, para viabilizar orçamento para realizar conferências estaduais e municipais, garantindo a participação da sociedade civil;
- Assegurar maior representatividade dos municípios nas conferências estaduais;
- Estimular governadores a apoiar a definição de um orçamento mínimo para os estados a fim de financiar o processo de planejamento e mobilização;
- Conferência em 2011(garantindo sua realização de 4 em 4 anos);
- Realizar Conferência em 2010;

- Iniciar o quanto antes o processo de incentivo a realização das conferências municipais, regionais e estaduais;
- Mobilização dos CONSEA estaduais e municipais e formação de conselheiros e delegados em 2010;
- Sugestão de local: Belém-PA;
- Aproximação com Universidades através de seminários de formação;
- Aperfeiçoar a metodologia das Conferências, de forma a garantir uma sintonia entre os debates realizados nas regionais, estaduais e nacional;
- Instituir mecanismos de participação da sociedade civil nos casos de CONSEA estaduais incipientes (ex: que a região metropolitana de SP possa ser considerada legítima na Conferência Nacional).

Propostas de temas para a IV Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional:

- SAN e os desafios do século XXI: modelo de desenvolvimento, meio ambiente e modelo constitucional;
- Proposta de lema: Integrando o campo e a cidade na produção e no consumo de alimentos saudáveis;
- SAN como instrumento de exigibilidade do DHAA;
- DHAA: implantação da PNSAN e SISAN;
- Efetivação da Política, modelo de desenvolvimento para implementação do SISAN.
- Política e plano nacional de SAN;
- Implantação e implementação do SISAN nos estados e municípios;
- Financiamento para o funcionamento do SISAN;
- Integração das políticas de SAN nas três esferas de governo e sociedade civil;
- Intersetorialidade: construindo interfaces intra e inter sistema;
- Regularização fundiária e desenvolvimento sustentável regional;
- Terra, Território e Soberania Alimentar;
- Modelo de desenvolvimento sustentável para Amazônia;
- Soberania alimentar a partir das diversidades regionais;
- SAN e sustentabilidade ambiental: água, manejo, uso e soberania;
- A construção da sustentabilidade sócio ambiental nos territórios: justiça ambiental, segurança alimentar e saúde;
- Água como componente fundamental do DHAA;
- Acesso à água no campo e na cidade;
- Privatização da água e da biodiversidade;

- Regulação da expansão da monocultura em defesa da diversidade produtiva e da biodiversidade;
- Biodiversidade, nutrição e cultura alimentar;
- Preservação do ambiente e dos recursos naturais necessários à produção de alimentos;
- A contribuição da agroecologia para a SAN;
- Hábitos e atitudes alimentares;
- Estratégia de fortalecimento da cultura e hábitos alimentares dos povos e comunidades tradicionais;
- Ecosocialismo e SAN;
- Incentivo a agricultura orgânica e agroecológica em áreas urbanas e periurbanas para abastecimento de equipamentos públicos de SAN (cozinhas comunitárias, restaurantes, etc.);
- PAA – financiamento permanente;
- Como vincular o Programa Bolsa Família a questões estruturantes;
- Democratização e desburocratização do repasse de recursos federais de acordo com as especificidades de cada região;
- SAN nas fronteiras brasileiras;
- SAN e as necessidades especiais;
- Foco especial nos Povos e Comunidades Tradicionais;
- Estratégias de fortalecimento dos CONSEA estaduais e municipais;

Moções Aprovadas pela Plenária do Encontro Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional 3ª Conferência +2

1. Moção pela publicação dos índices de produtividade

O Consea, em seu Encontro Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional 3ª Conferência +2, reporta-se ao Presidente da República, para manifestar seu apoio à atualização dos índices de produtividade para fins de reforma agrária.

Os atuais índices, definidos a mais de 30 anos, se mostram anacrônicos em relação ao desenvolvimento tecnológico da agricultura.

Atualmente os índices são um dos entraves para desapropriação de terras para a reforma agrária. Os representantes do agronegócio e a bancada ruralista têm defendido a manutenção dos índices atuais em detrimento da qualidade de vida e da segurança alimentar e nutricional de mais de 200 mil famílias que se encontram acampadas nas beiras das estradas.

Certos do espírito democrático e social, que tem conduzido sua conduta pessoal e política, o Consea reforça, com o apoio dos participantes do 3º Encontro, a necessidade premente dessa revisão.

2. Moção de apoio ao regulamento técnico da ANVISA sobre propaganda e publicidade de alimentos que fazem mal a saúde

Nós participantes do Encontro Nacional de segurança Alimentar e Nutricional 3º Conferência + 2, realizado em Brasília nos dias 29 de Setembro a 1º de Outubro de 2009, manifestamos nosso total apoio á iniciativa da Agência Nacional de vigilância Sanitária (ANVISA) de regulamentação técnica sobre oferta, propaganda, publicidade, informação e outras práticas correlatas cujo objeto seja divulgação de alimentos com quantidades elevadas de açúcar, de gordura trans, de sódio e de bebidas com baixo teor nutricional.

Este tema tem sido trabalhado há mais de 5 anos pela ANVISA, a partir de critérios científicos e contando com participação social, no que vem recebendo apoio público de diversas entidades e organizações da sociedade civil, conselhos de políticas públicas e órgãos de governo ligados à saúde, segurança alimentar e nutricional e defesa do consumidor, como o instituto Nacional do Câncer, a Associação Brasileira de saúde coletiva, o instituto de Defesa do Consumidor, a Associação Brasileira de Nutrição e o Fórum Brasileiro de Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional.

O CONSEA já manifestou reiterada vezes a legitimidade deste recurso para a promoção da saúde e considera que as estratégias de *marketing* e publicidade geram um ambiente que atua diretamente contra o direito humano fundamental a uma alimentação adequada e saudável.

3. Moção de recomendação para inserção do tratamento e controle das pessoas com doença celíaca em políticas setoriais que garantam o acesso ao direito humano à alimentação adequada e saudável.

Nós, participantes do Encontro Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional “III Conferência +2”, realizado de 29 de setembro e 1º de outubro de 2009, em Brasília-DF em apoio à inserção do tratamento e controle das pessoas com Doença Celíaca.

Considerando que:

- A saúde é um direito social constitucionalmente reconhecido (Artigo 6º da CF/88) e que alimentação é um direito fundamental inerente à pessoa humana;
- A Doença Celíaca é uma patologia crônica, de natureza auto-imune causada pela intolerância permanente ao glúten – principal fração protéica presente no trigo, aveia, cevada, centeio e que se expressa por sintomas de intercorrências gastrintestinais, neurológicas, ósseas, dentárias, psicológicas;
- A Doença Celíaca atinge pessoas de qualquer classe social, etnia, gênero e idade;
- A dieta isenta de glúten, por toda a vida, constitui o único tratamento disponível;
- Os alimentos processados isentos de glúten são de alto custo em comparação aos alimentos convencionais, proporcionando um maior comprometimento do orçamento familiar, limitando o acesso a estes produtos;
- A farinha de trigo, fonte de glúten, é utilizada na maioria dos alimentos processados;
- Existe risco de contaminação cruzada no processamento dos alimentos e na confecção das refeições;
- O protocolo clínico e diretrizes terapêuticas (Portaria nº 307/SAS/MS, de 17 de setembro de 2009) é um avanço, mas não contemplam e não garantem os procedimentos terapêuticos detalhados necessários para tratamento e controle da doença;
- Que a ausência de alimentos adequados e saudáveis nos ambientes sociais contribui para exclusão social;
- As restrições alimentares limitam o acesso aos equipamentos públicos (cozinhas populares, restaurantes populares, alimentação escolar e alimentação do trabalhador);
- As ações desenvolvidas alicerçam as diretrizes da Política Nacional de Alimentação e Nutrição (PNAN), quanto à garantia da qualidade dos alimentos e da prestação de serviços neste contexto;

Recomendamos que:

- Sejam normatizados os procedimentos terapêuticos e controle, incluindo as boas práticas de manipulação de alimentos nos seguintes segmentos: famílias, manipuladores de alimentos e gerentes de alimentação coletiva;

- A implementação das ações intersetoriais de políticas públicas que promovam a ampliação da cadeia alimentar livre de glúten e que possa promover o direito humano à alimentação adequada e saudável, sendo o Consea o principal interlocutor;
- Seja estimulada a realização de pesquisas de desenvolvimento de produtos alimentícios, utilizando-se como matéria-prima alimentos naturalmente isentos de glúten;
- Sejam adotadas políticas de subsídios para a produção de alimentos isentos de glúten;
- Sejam inseridas na PNAN ações intersetoriais a favor das pessoas com Doença Celíaca (alimentação escolar da educação infantil ao ensino médio; alimentação do trabalhador; formulação da cesta de alimentos; inserção do incentivo ao aleitamento materno como prevenção das alergias alimentares; inserção de ações nos programas de saúde da mulher, do jovem, do homem, do idoso etc.);
- Sejam inseridas, no Guia Alimentar da População Brasileira, as necessidades alimentares especiais mais frequentes no Brasil;
- Seja garantida a advertência “contem glúten” ou “não contém glúten” nos alimentos servidos nos estabelecimentos destinados à comercialização de alimentos (restaurantes, lanchonetes, bares, companhias aéreas, hotéis etc.), bem como em eventos.

4. Moção dos representantes do Estado de São Paulo

Tendo em vista a notória e voluntária ausência do Consea estadual de São Paulo nos debates e ações promovidas pelo Consea Nacional, sendo que há, naquele estado, um número significativo de instituições governamentais e da sociedade civil com história, trabalho e motivação para integrar o debate sobre as questões que envolvem a promoção do Direito Humano à Alimentação Adequada no país e considerando, também, que o envolvimento do estado mais populoso da federação pode contribuir significativamente para a aplicabilidade e consolidação do SISAN e da PNAN, os participantes do Encontro Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional “3ª Conferência +2” provenientes do estado de São Paulo, vêm por meio desta moção, solicitar ao Consea nacional que pessoas e instituições – ou um coletivo que as represente – sejam reconhecidos por esse conselho como interlocutores no estado de São Paulo, juntamente com o Consea estadual, no processo de organização da 4ª Conferência de Segurança Alimentar e nutricional.

Sem mais para o momento, expressamos nossa estima e pedimos deferimento.

5. Moção de reiteração de apoio à candidatura do estado do Pará para sediar a IV Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional.

Os participantes do estado do Pará presentes no Encontro Nacional de SAN 3ª Conferência +2, reiteram a candidatura daquele estado para sediar a IV Conferência Nacional de SAN.

A história da Amazônia tem sido marcada por um modelo de desenvolvimento exploratório, invasivo e excludente, característico do projeto neoliberal, o que tem comprometido, sobremaneira, o modo de vida do povo amazônida.

Enfrentar essa lógica, promotora de desigualdades sociais, de forma a reger o desenvolvimento pela ótica da permanente promoção e preservação dos direitos humanos fundamentais, deve ser a tônica deste momento de grande relevância social e que vai garantir o desenvolvimento da Amazônia de forma universal e equânime.

Desta forma, o povo do estado do Pará, comprometido em mudar essa realidade, sentir-se-á honrado em sediar este evento de fundamental importância para o exercício da cidadania.

6. Moção de Apoio à Criação do Sistema Nacional do Comércio Justo e Solidário do Brasil

Nós participantes do Encontro Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional 3ª Conferência +2, realizado nos dias 29 e 30 de setembro e 1 de outubro, na cidade de Brasília, Brasil, após um diálogo sobre o Sistema Nacional do Comércio Justo e Solidário do Brasil, manifestamos nosso apoio à iniciativa de criação e implantação de sistemas de comércio justo e solidário em diferentes países, de modo a fortalecer o conjunto de iniciativas existentes e/ou que venham a ser desenvolvidas em prol de um comércio ecologicamente sustentável e socialmente justo em níveis local, regional e internacional. Reconhecemos a importância desses sistemas para promover a soberania dos povos e da autonomia dos trabalhadores e consumidores, para fortalecer a economia solidária nas duas diferentes configurações e para favorecer a justa distribuição das riquezas socialmente produzidas.